

ÍNDICE DA INFORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Os algarismos a *bold* indicados em primeiro lugar, a seguir a cada entrada, correspondem ao número da Revista. Indica-se, também, entre parêntesis, o número correspondente à ordem dos sumários publicados.

A) TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acesso ao direito – Acesso aos tribunais – Apoio judiciário – Pessoas coletivas com fins lucrativos – Direitos fundamentais – Princípio da universalidade – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Defesa da concorrência – **13**, p. 97 (489) e **19**, p. 88 (719).

Administração local – Área metropolitana – Associação de municípios – Autarquia local – Autonomia administrativa – Autonomia local – Câmara municipal – Competência dos órgãos de soberania – Criação de autarquias – Divisão administrativa do território – Estatuto – Fiscalização preventiva da constitucionalidade – Garantia institucional – Inconstitucionalidade consequente – Interdependência dos órgãos de soberania – Junta de freguesia – Lei habilitante – Município – Objeto do pedido – Organização democrática do Estado – Poder regulamentar – Princípio da igualdade – Princípio da organização e da gestão democráticas – Princípio da separação de poderes – Processo constitucional – Reserva de lei – Reserva relativa de competência legislativa – Vigência – Unidade do Estado – Estatuto das autarquias locais – Competência territorial – Delegação de competências – Estado unitário – Competência dos órgãos constitucionais – Princípio do pedido – Órgãos das autarquias locais – Administração autónoma – Criação de freguesias – Norma revogatória – Competência dos órgãos das autarquias locais – território – Comunidade intermunicipal – **01**, p. 95 (54).

Administração local – Comunidade intermunicipal – Pessoa coletiva de direito público – Titular de cargo público – Declaração de património e rendimentos – **04**, p. 90 (191).

Administração local – Diretor municipal – Titular de alto cargo público – Nomeação – Recondução – Declaração de património e rendimentos – **15**, p. 119 (565).

Administração Pública – Afetação de receitas – Assembleia da República – Autonomia financeira – Autonomia local – Autonomia regional – Bases do regime da função pública – Competência legislativa – Conhecimento do pedido – Decreto legislativo regional – Decreto regional – Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Fiscalização preventiva da constitucionalidade – Lei com valor reforçado – Objeto do pedido – Orçamento do Estado – Princípio da solidariedade – Processo constitucional – Região Autónoma dos Açores – Remuneração – Remuneração da função pública – Reserva relativa de

competência legislativa – Funcionário regional – Unidade do Estado – Finanças regionais – Assembleia Legislativa Regional – Diferencial de remuneração – Administração regional – Escalão de vencimento – Competência legislativa da assembleia regional – Regime remuneratório – Orçamento regional – Salário – Setor público – Trabalhador da administração pública – Remuneração complementar – Competência da Assembleia Legislativa Regional – **02**, p. 90 (94).

Afetação de receitas – Autarquia local – Autonomia financeira – Autonomia local – Autonomia regional – Conflito de direitos – Conhecimento do recurso – Disposição de receitas fiscais – Imposto direto – Lei do orçamento – Objeto do recurso – Orçamento de autarquia local – Orçamento do Estado – Participação na receita fiscal – Pressuposto do recurso – Princípio da igualdade – Princípio da solidariedade – Região autónoma – Repartição dos recursos públicos – IRS – Unidade do Estado – Finanças regionais – fiscalização concreta da constitucionalidade – Função instrumental do recurso de constitucionalidade – *Obiter dictum* – Requisitos do requerimento de interposição do recurso – Direitos das regiões autónomas – Delegação de competências – Estado unitário – Poderes da região autónoma – Orçamento regional – **01**, p. 98 (55).

Afetação de receitas – Autonomia regional – Causa de pedir – Consignação de receitas – Declaração de inconstitucionalidade – Disposição de receitas fiscais – Disposições transitórias – Fiscalização abstrata da constitucionalidade – Imposto extraordinário – Imposto extraordinário sobre rendimentos do trabalho – Interesse público – Legitimidade – Lei do enquadramento orçamental – Orçamento do Estado – Participação na receita fiscal – Princípio da solidariedade – Processo constitucional – Região autónoma – Região Autónoma da Madeira – Regime orçamental transitório – IRS – Finanças regionais – Assembleia legislativa regional – Legitimidade ativa – Direitos das regiões autónomas – Estatuto da região autónoma – Estado unitário – Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – Poderes da região autónoma – Orçamento regional – **02**, p. 94 (96).

Assembleia municipal – Autarquia local – Divisão administrativa do território – Município – Recenseamento eleitoral – Referendo local – Residência – Fiscalização preventiva de referendo – Consulta local – Consulta direta aos cidadãos – Competência dos órgãos das autarquias locais – Território – **01**, p. 93 (52).

Ato administrativo – Atribuições das autarquias locais – Autarquia local – Autonomia local – Competência legislativa – Criação de impostos – Criação de taxas – Divergência de jurisprudência – Impostos – Princípio da legalidade – Propriedade privada – Reserva de lei – Domínio público – Ordenamento do território – Proteção do ambiente – Taxa – Regulamento municipal – Taxa municipal – Bombas de combustíveis – Licenciamento municipal – Recurso para o plenário para uniformização de jurisprudência – Combustíveis – Recurso por oposição de julgados – Domínio privado – **03**, p. 97 (154).

Autarquia local – Autonomia local – Autonomia regional – Conhecimento do pedido – Criação de autarquias – Declaração de inconstitucionalidade – Decreto Legislativo Regional – Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Fiscalização abstrata da constitucionalidade – Fiscalização abstrata da legalidade – Freguesia – Lei-quadro – Objeto do pedido – Região autónoma – Região Autónoma dos Açores – Reserva absoluta de competência legislativa – Assembleia Legislativa Regional – Legitimidade ativa – Direitos das regiões autónomas – Declaração de ilegalidade – Estado unitário – Competência da Assembleia

2

da República – Competência da Assembleia Legislativa Regional – Território – **01**, p. 94 (53).

Autarquia local – Município – Autonomia local – Autonomia financeira – Serviços municipalizados – Transporte público – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Âmbito subjetivo de aplicação – Prossecução do interesse público – **06**, p. 115 (256).

Autonomia financeira – Autonomia regional – Lei com valor reforçado – Finanças regionais – **03**, p. 101 (156).

Autonomia local – Direito à contratação coletiva – Direito à negociação coletiva – Acordo coletivo de empregador público – Trabalhador da autarquia local – Tutela administrativa – **09**, p. 131 (337).

Autonomia local – Regulamentos municipais – Ilícitos de mera ordenação social – Lei habilitante – Reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República – **22**, p. 85 (845).

Autonomia regional – Competência dos órgãos de soberania – Competência exclusiva da Assembleia Regional – Decreto regulamentar regional – Função administrativa – Função legislativa – Governo Regional – Ilegalidade – Inconstitucionalidade – Interesse específico – Legitimidade – Região Autónoma da Madeira – Reserva de lei – Serviço Nacional de Saúde – Taxa moderadora – Reserva de lei estatutária – Direitos das regiões autónomas – Declaração de ilegalidade – Estatuto da região autónoma – Estatuto da Região Autónoma da Madeira – Poderes da região autónoma – Competência legislativa da Assembleia Regional – Competência legislativa das regiões autónomas – Saúde pública – Competência regulamentar regional – **02**, p. 92 (95).

Baldios – Comunidade local – Comparte – Cedência a terceiro do direito de uso e fruição – Arrendamento – Cessão de exploração – Bolsa de terras – **09**, p. 132 (338).

Campanha eleitoral – Candidatos – Princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento – Espaços públicos – Cedência de uso – Custos indiretos – Princípio da gratuidade – Município – Deliberação da CNE – Impugnação – **08**, p. 109 (311).

Conhecimento do pedido – Fiscalização abstrata da constitucionalidade – Ilegitimidade – Região autónoma – Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional – Legitimidade ativa – Direitos das regiões autónomas – Estatuto da região autónoma – Estatuto da Região Autónoma da Madeira – **02**, p. 89 (93).

Contencioso eleitoral – Proibição de propaganda política e dever de neutralidade – **16**, pp. 95-98 [610(1), 610(2) e 610(3)].

Contencioso eleitoral – Proibição de propaganda política e dever de neutralidade – Publicidade institucional – **23**, p. 97 (889).

Direito à inviolabilidade do domicílio – Mandado judicial – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Autorização legislativa – **19**, p. 87 (718).

Direito à inviolabilidade do domicílio – Mandado judicial – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Autorização legislativa – Sentido e extensão da autorização legislativa – **16**, p. 91 (608).

- Domínio privado do Estado – Usucapião – Princípio da igualdade – **13**, p. 101 (491).
- Domínio público marítimo – Instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional – Planos de situação e afetação dos espaços marítimos – Princípio da gestão partilhada ou conjunta – Competência legislativa da República – Competência legislativa das regiões autónomas – Direitos das regiões autónomas – **10**, p. 85 (364).
- Eleições regionais – Assembleia de Apuramento Geral – Interposição do recurso – Contagem do prazo – Tempestividade – **07**, p. 91 (277).
- Eleições regionais – Contencioso eleitoral – Assembleia de apuramento geral – Assembleia de apuramento local – Falta de reclamação ou protesto – Pressuposto processual do recurso – Boletim de voto – Voto nulo – Petição do recurso – Ónus de alegação – Princípio dispositivo – **07**, p. 92 (278).
- Estatuto da Região Autónoma da Madeira – Fiscalização Abstrata da Legalidade – Representante da República – Legitimidade – **05**, p. 95 (215).
- Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Reserva de lei estatutária – Hierarquia das leis – Fiscalização abstrata da legalidade – Fundação – Fundação privada – Reconhecimento – Declaração de utilidade pública – Fundação pública – Instituto público – Fundação regional – **04**, p. 87 (190).
- Estatuto das autarquias locais – Reserva relativa de competência legislativa – Concessão de serviço público de transporte (metropolitano) – Domínio público municipal – Município de Lisboa – **14**, p. 107 (523).
- Estatuto das autarquias locais – Reserva relativa de competência legislativa – Concessão de serviços públicos de transporte – Comunidades intermunicipais – Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto – **14**, p. 108 (524).
- Expropriação por utilidade pública – Justa indemnização – RAN – REN – Cálculo da indemnização – Princípio da igualdade – Relações internas – Relações externas – **14**, p. 114 (526).
- Fiscalização abstrata da constitucionalidade – Audição dos órgãos regionais – Região Autónoma da Madeira – Interesse específico – Questão respeitante às regiões autónomas – Faturação – **05**, p. 96 (216).
- Fiscalização abstrata da constitucionalidade – Audição dos órgãos regionais – Imposto sobre o Valor Acrescentado – Interesse específico – Região Autónoma da Madeira – Lei de autorização legislativa – Decreto-lei autorizado – **05**, p. 97 (217).
- Fiscalização abstrata da constitucionalidade – Fiscalização abstrata da legalidade – Legitimidade ativa – Direitos das regiões autónomas – **10**, p. 86 (365).
- Lei especial de expropriação – Programa Polis – Urgência – Simplificação procedimental – Princípio da proporcionalidade – Autonomia das autarquias locais – **14**, p. 116 (527).
- Liberdade de Profissão – Elaboração de projetos em matéria de segurança contra incêndios em edifícios – Restrição – Autorização legislativa – **19**, p. 88 (720).
- Perda de mandato – Crime de responsabilidade – Suspensão da execução da pena – **21**, p. 112 (807).

- Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira – Fiscalização abstrata da constitucionalidade – Fiscalização abstrata da legalidade – Legitimidade – Conhecimento do pedido – Direitos das regiões autónomas – Subvenção mensal vitalícia – Titular de cargo político – Estatuto da Região Autónoma da Madeira – Norma remissiva – Remissão formal ou dinâmica – Reserva de lei estatutária – **06**, p. 116 (257).
- Processo contraordenacional – Impugnação da aplicação de coima – Efeito suspensivo – Caução – Tutela jurisdicional efetiva – Princípio da proporcionalidade – Presunção de inocência – **13**, p. 99 (490).
- Receitas fiscais das regiões autónomas – Autonomia financeira – Reserva relativa de competência legislativa – Reserva de lei estatutária – Impostos extraordinários – Sobretaxa de IRS – Unidade do Estado – Princípio da solidariedade – **14**, p. 111 (525).
- Região autónoma – Comparticipação financeira – Clube desportivo – **03**, p. 99 (155).
- Região autónoma – Domínio público marítimo – Competência legislativa das regiões autónomas – **03**, p. 95 (153).
- Regulamentos municipais – Lei habilitante – Precedência de lei – **18**, p. 127 (675) – **21**, p. 111 (806).
- Reorganização de sistemas multimunicipais – Políticas públicas – Coesão territorial – Criação e extinção de concessões e de sociedades concessionárias por decreto-lei – Autonomia local – Direito de propriedade – **18**, p. 113 (672).
- Taxas das autarquias locais – Regulamento inconstitucional – Nulidade da deliberação de lançar o tributo – Anulabilidade da liquidação – **14**, p. 120 (528).
- Taxas municipais – Armazenamento subterrâneo de produtos petrolíferos – Reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República – **22**, p. 87 (846).
- Taxas municipais – Contribuição financeira – Armazenamento subterrâneo de produtos petrolíferos – Reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República – **18**, p. 124 (674) e **20**, p. 134 (768).
- Taxas municipais – Contribuições financeiras – Proteção civil – Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais – Reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República – **16**, p. 93 (609), **18**, p. 121 (673), **20**, p. 133 (767) e **23**, p. 99 (890).
- Taxas municipais – Postos de abastecimento de combustíveis – Reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República – **22**, p. 88 (847).

B) SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Ação de preferência – Venda sujeita a regime especial – Vontade *rea* – Instituições particulares de solidariedade social – Comunicação dos elementos essenciais – **23**, p. 100 (892).
- Acórdão para fixação de jurisprudência – Grafitos – Crimes de dano – Descriminalização – Contraordenação – Princípio da subsidiariedade – **20**, p. 138 (772).

- Alojamento local – Arrendamento para habitação – Título constitutivo – Propriedade horizontal – Ato comercial – Atividade comercial – Procedimentos cautelares – Assembleia de condóminos – Deliberação – **14**, p. 122 (530).
- Área florestal – Baldios – Aquisição de bens pelo Estado – Domínio público – Domínio privado – Matéria de direito – Matéria de facto – **20**, p. 137 (771).
- Áreas urbanas ilegais – Prédio rústico – Fracionamento do prédio – Loteamento urbano – Equipamentos coletivos – Cedência de lote – Justa indemnização – Indemnização contemporânea – **02**, p. 96 (98).
- Autarquia – Competência material – **22**, p. 89 (849).
- Baldios – Ação de condenação – Ónus da prova – Registo predial – Presunções legais – Ação de reivindicação – Ónus de alegação – Uso comunitário – Apreciação da prova – Exame crítico das provas – Fundamentos – Poderes da Relação – Modificabilidade da matéria de facto – Facto extintivo – Facto impeditivo – Ato inútil – **14**, p. 121 (529).
- Baldios – Área florestal – Direito real – Estado – Gestão pública – Direito de propriedade – Desafetação – Utilidade pública – Ónus de alegação – Ónus da prova – Recurso de revista – Ação de simples apreciação – Ação de reivindicação – **21**, p. 113 (808).
- Baldios – Conceito jurídico – Usucapião – Abuso de direito – **03**, p. 102 (157).
- Baldios – Contrato de compra e venda – Nulidade do contrato – Princípio do inquisitório – Junta de freguesia – Ónus da prova – Ónus de alegação – Escritura pública – Registo predial – Presunções legais – Facto impeditivo – Ação de reivindicação – Causa de pedir – Exceção perentória – **17**, p. 93 (635).
- Caminho público – Assento – Interpretação restritiva – Propriedade privada – Atravessadouro – Responsabilidade civil – **00**, p. 118 (2).
- Caminho público – Requisitos – Assento – Servidão de passagem – Utilidade pública – Atravessadouro – Acórdão uniformizador de jurisprudência – **21**, p. 114 (809).
- Caminho público – Uso imemorial – Pessoa pública – Atravessadouro – Assento – Interpretação – **02**, p. 95 (97).
- Caminho público – Utilidade pública – Requisitos – Atravessadouro – Domínio público – **04**, p. 93 (193).
- Carta de conforto – Garantia das obrigações – Eficácia do negócio – Interpretação da declaração negocial – Teoria da impressão do destinatário – Responsabilidade contratual – Garantia do pagamento – Município – Nulidade – Direito de retenção – Imputação do cumprimento – Juros de mora – **11**, p. 105 (405).
- Cessaçao do contrato de trabalho – Nulidade do contrato – Despedimento ilícito – Reenvio prejudicial – Estado – **01**, p. 100 (56).
- Cláusula penal – Contrato de compra e venda – Concurso público – Invalidez – Município – Bem imóvel – Autonomia privada – Liberdade contratual – Indemnização – Nulidade do contrato – Contencioso administrativo – Princípio da preclusão – Ónus de alegação – Ónus da prova – **16**, p. 100 (613).

- Competência material – Área Urbana de Génese Ilegal – Tribunal comum – Impugnação – Deliberação – Questão prejudicial – Incidentes da instância – Tribunal administrativo – Pedido – Causa de pedir – **13**, p. 103 (493).
- Competência material – Tribunal administrativo – Tribunal comum – Cumulação de pedidos – Coligação passiva – Absolvição da instância – **04**, p. 93 (192).
- Competência material – Tribunal cível – Tribunal administrativo – Contrato de prestação de serviços – Injunção – Telecomunicações – Contrato administrativo – Autarquia – Contencioso administrativo – **13**, p. 102 (492).
- Concessão de exploração – Transmissão de estabelecimento – Transmissão do contrato de trabalho – **16**, p. 101 (614).
- Contraordenação – Comissão Nacional de Eleições – Decisão da autoridade administrativa – Eleições – Campanha eleitoral – Pré-campanha eleitoral – Câmara municipal – Dolo – Illicitude – Princípio da igualdade – **01**, p. 101 (57).
- Contrato de fornecimento – Energia elétrica – Dever de informação – Ónus da prova – **11**, p. 106 (406).
- Contrato de trabalho – Contrato de trabalho em funções públicas – Competência – Tribunais administrativos e fiscais – **10**, p. 87 (366).
- Contrato de trabalho – Junta de freguesia – Competência material – **10**, p. 89 (848).
- Contrato inominado – Bem imóvel – Município – Domínio público – Loteamento – Fim contratual – Cláusula acessória – Ónus da prova – Incumprimento do contrato – Direito à indemnização – Enriquecimento sem causa – **02**, p. 97 (99).
- Direito à qualidade de vida – Direito à integridade física – Instalações elétricas – Colisão de direitos – Direito à indemnização – **19**, p. 91 (722).
- Doação – Cláusula modal – Município – Dever acessório – Incumprimento – Obrigação de indemnizar – Dívida de valor – Cálculo da indemnização – Liquidação ulterior dos danos – **00**, p. 117 (1).
- Domínio público – Domínio público marítimo – Presunção *juris tantum* – Coisa alheia – Ação judicial – Contrato-promessa de compra e venda – Perda de interesse do credor – Interpelação admonitória – **00**, p. 118 (3).
- Embargos de terceiro – Penhora – Direito de superfície – Bens impenhoráveis – Venda judicial – Domínio privado – Pessoa coletiva de direito público – Município – Transmissão – **20**, p. 134 (769).
- Empreitada de obras públicas – Caderno de encargos – Contrato de empreitada – Cláusula contratual – Adjudicação – Proposta de contrato – **16**, p. 98 (611).
- Expropriação – Cálculo da indemnização – Classificação – Solos – Aptidão construtiva – Reserva agrícola nacional – Reserva ecológica nacional – Interpretação extensiva – Analogia – Inconstitucionalidade – Princípio da igualdade – **06**, p. 119 (258).
- Loteamento – Cedência para o domínio municipal – Transmissão de direito real – Escritura pública – Município – Aplicação da lei no tempo – **09**, p. 135 (339).

- Loteamento – Terreno – Cessão de terrenos – Domínio público – Município – Usucapião – **19**, p. 92 (723).
- Omissão de pronúncia – Abuso do direito – Baldios – **11**, p. 107 (407).
- Pessoa coletiva de direito público – Entidades públicas empresariais – Função pública – Contrato a termo – Nulidade – Reenvio prejudicial – **16**, p. 99 (612).
- Petição de herança – Testamento – Usufruto – Posse precária – Inversão do título da posse – Junta da paróquia – **05**, p. 100 (218).
- Princípio da intangibilidade da obra pública – Direito de propriedade – Restituição de imóvel – Pressupostos – Violação da lei – Dolo – Embargo de obra nova – Decisão judicial – Direito à indemnização – Via de facto – Município – Expropriação – Disposição de bens alheios – Ato administrativo – Ilegalidade – Sanação – Culpa – Abuso do direito – **20**, p. 136 (770).
- Questão nova – Domínio público hídrico – Presunção de propriedade – Desafetação – Propriedade privada – Posse – Usucapião – **19**, p. 91 (722).
- Responsabilidade extracontratual – Responsabilidade solidária – Processo administrativo – Junta de freguesia – Insolvência – Falta de pagamento – **23**, p. 99 (891).
- Servidão de passagem – Extinção por desnecessidade – Dominialidade – Caminhos públicos – Atravessadouros – **07**, p. 93 (279).
- Uniformização de jurisprudência – Expropriação por utilidade pública – Reserva ecológica nacional – PDM – Indemnização – Julgamento ampliado – **15**, p. 121 (566).

B.1) TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

- Abuso de poder – Tentativa – **02**, p. 99 (100).
- Ação popular – Omissão de pronúncia – Vícios – Apreciação da prova – Caminho público – Apropriação – Autarquia local – **13**, p. 104 (495).
- Administração Pública – Contrato de trabalho – Caducidade do contrato de trabalho – Nulidade – **04**, p. 94 (194).
- Águas públicas – Reservatórios públicos – Águas sobejas – **02**, p. 99 (101).
- Alojamento local – Título constitutivo – Propriedade horizontal – Uso diverso do fim previsto para cada fração – **19**, p. 93 (725).
- Baldios – Desafetação – Nulidade – Junção da posse à posse do antecessor – Presunção *juris tantum* – Prova do contrário – **03**, p. 102 (158).
- Baldios – Desafetação – Nulidade – Junção da posse à posse do antecessor – Presunção *juris tantum* – Prova do contrário – **00**, p. 121 (5).
- Caminho público – Melhoramento do caminho público – Obras realizadas por particulares – Utilização – **01**, p. 102 (58).

- Caminho público – Requisitos – **00**, p. 123 (7).
- Caminhos públicos – Atravessadouros – **08**, p. 111 (313).
- Cedência de parcela de terreno – Alargamento de caminho público – Forma legal – Legitimidade do cabeça de casal para a cedência – **03**, p. 104 (160).
- Competência – Junta de freguesia – Compra e venda – Pagamento fora de prazo – **23**, p. 101 (893).
- Competência em razão da matéria – Empresa privada gestora do serviço público de fornecimento de água – **07**, p. 95 (281).
- Competência em razão da matéria – Toponímia – Caminho público – Caminho particular – **06**, p. 120 (259).
- Competência material – Acordo entre um particular e um município – **01**, p. 103 (60).
- Competência material – Atividades de animação – Regime de contratação pública – **01**, p. 102 (59).
- Competência material – Baldios – Reivindicação de terrenos – **02**, p. 100 (103).
- Competência material – Concessão de serviços públicos – Fornecimento de água – **20**, p. 139 (774).
- Competência material – Concessionária de serviço público de fornecimento de água – Custos dos ramais de ligação – **14**, p. 123 (531).
- Competência material – Contrato de doação – Município donatário – **12**, p. 83 (460).
- Competência material – Contrato de prestação de serviços – Sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento – **19**, p. 93 (726).
- Competência material – Embargo de obra nova – Realização de obra pública – Entidade concessionária pública – **10**, p. 90 (368).
- Competência material – Empresa concessionária de serviço público – Serviços de fornecimento de água ou saneamento – **12**, p. 84 (462).
- Competência material – Responsabilidade civil extracontratual – Atos de gestão pública ou de gestão privada – Freguesia e município – **07**, p. 94 (280).
- Competência material do tribunal do trabalho – Contrato de trabalho em funções públicas – Autarquia local – **09**, p. 135 (340).
- Contraordenações rodoviárias – Colocação de sinal de trânsito – Deliberação da assembleia municipal – **19**, p. 93 (724).
- Contrato de fornecimento de energia elétrica – Prazos de prescrição – Serviço essencial por contagem irregular – Consumo fraudulento – **14**, p. 124 (532).
- Contrato de trabalho – Bombeiro voluntário – Passagem ao quadro de reserva – Despedimento – Justa causa – **21**, p. 115 (810).
- Contrato de trabalho – Junta de freguesia – Poder disciplinar – Invalidez e cessação do contrato de trabalho – Má-fé – Indemnização – Crédito irrenunciável – **11**, p. 109 (408).

- Contrato de trabalho em funções públicas – Autarquia local – Incompetência material do tribunal do trabalho – **05**, p. 101 (219).
- Contrato de trabalho em funções públicas – Conversão – Competência material do tribunal do trabalho – Direito público – **03**, p. 103 (159).
- Contrato de trabalho em funções públicas – Forma – Nulidade – Despedimento ilícito – Indemnização – **13**, p. 104 (494).
- Crime – Dano qualificado – Coisa destinada ao uso e utilidades públicos – Escada rolante – Metro – **15**, p. 122 (568).
- Crime de desobediência – Embargo de obra – Bilhete de identidade – **05**, p. 101 (220).
- Crime de detenção de arma – Bombas de Carnaval – Autorização – **20**, p. 139 (773).
- Crime de difamação – Participação disciplinar – Exercício de direito – **16**, p. 102 (616).
- Direito ao ambiente – Persistência ruidosa – Instalação comercial – Redução do horário de funcionamento imposto pela câmara municipal – **17**, p. 95 (637).
- Dissolução – Empresa municipal – Contrato de trabalho – Cedência de interesse público – Procedimento concursal – **12**, p. 83 (461).
- Entidades públicas administrativas – Município – Renúncia – Invocação de exceções – Meios de defesa – Antes do pleito – Invalidade da renúncia – **13**, p. 105 (496).
- Expropriação – Espaço canal – Área envolvente – Justa indemnização – Princípio da igualdade – **17**, p. 94 (636).
- Expropriação – Prédio apto para construção – Avaliação – Justa indemnização – **05**, p. 102 (221).
- Expropriação – Temas de prova – Prova pericial – Classificação do solo – Cálculo da indemnização – **08**, p. 110 (312).
- Expropriação por utilidade pública – Parcela expropriada – Prédio encravado – Servidão de passagem – Avaliação – Solo apto para outros fins – **21**, p. 117 (811).
- Junta de freguesia – Personalidade judiciária – **02**, p. 99 (102).
- Licenciamento – Município – Contraordenação – Infração instantânea com efeitos duradouros – Prescrição – **16**, p. 102 (615).
- Loteamento – Hipoteca – Reversão dos bens hipotecados – Pacto comissário – **00**, p. 122 (6).
- Personalidade judiciária – Junta de freguesia – **02**, p. 100 (104).
- Propaganda política – Grafitis – Falta de consciência – Ilícitude – Crime de dano – **15**, p. 123 (569).
- Regulamento municipal – Inconstitucionalidade – Medição e cálculo – **00**, p. 121 (4).
- Responsabilidade civil por atos ilícitos – Servidão administrativa – **15**, p. 121 (567).
- Servidão administrativa – Linhas elétricas – Indemnização – Recurso da decisão arbitral – Depósito – **18**, p. 128 (676).

Servidão administrativa – Passagem de linha elétrica aérea – Indemnização – Recurso ao processo declarativo comum – Fixação da indemnização – Danos não patrimoniais – **10**, p. 89 (367).

B.2) TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Ação de reivindicação – Prédio urbano – Domínio público hídrico – Confissão – **18**, p. 129 (677).

Águas públicas – Preocupação – Direito de propriedade – **15**, p. 124 (571).

Autarquia – Espetáculo – Competência – **22**, p. 91 (852).

Autoridade administrativa – Execução – Oposição – **22**, p. 94 (854).

Baldios – Administração – Comunidades locais – **17**, p. 97 (640).

Baldios – Assembleia de Compartes – Inexistência – Deliberação – Convocatória – Irregularidade – **18**, p. 129 (678).

Baldios – Autarquia – Usucapião – **10**, p. 90 (369).

Baldios – Casas florestais – **17**, p. 96 (638).

Baldios – Comproprietário – **09**, p. 136 (341).

Baldios – Personalidade judiciária – Capacidade judiciária – Gestão de negócios – Ratificação – **15**, p. 123 (570).

Baldios – Usucapião – **13**, p. 106 (497).

Baldios – Usucapião – Compra e venda – Nulidade – **19**, p. 94 (727).

Caminho público – Atravessadouro – **11**, p. 110 (410) e **20**, p. 140 (776).

Caminho público – Atravessadouro – Afetação – Utilidade pública – **01**, p. 104 (62).

Caminho público – Uso direto e imediato do público – Uso imemorial – **17**, p. 98 (641).

Competência material – Concessionário – Fornecimento de água – **21**, p. 119 (813).

Competência em razão da matéria – Concessionário de serviços públicos – **21**, p. 118 (814).

Competência em razão da matéria – Tribunal administrativo – Ratificação judicial – Embargo de obra nova – Direito de propriedade – Ação de reivindicação – Empresa pública – **18**, p. 131 (679).

Competência material – Autoridade administrativa – Concessão de sepultura – Transmissão de direitos – **14**, p. 125 (534).

Competência material – Câmara municipal – Carta de conforto – **03**, p. 104 (161).

Competência material – Contrato de empreitada – Pessoa coletiva de direito público – **05**, p. 104 (224).

- Competência material – Embargo extrajudicial de obra nova – Ratificação – Câmara municipal – Tribunal comum – **05**, p. 103 (222).
- Competência material – Hospital – Parceria público-privada – Ação de indemnização – **05**, p. 103 (223).
- Competência material – Município – Responsabilidade extracontratual – **03**, p. 105 (162).
- Competência material – Tribunal comum – Município – Ação de reivindicação – Indemnização – **01**, p. 103 (61).
- Competência material – Tribunal tributário – Concessão de serviços públicos – Águas – **04**, p. 95 (195).
- Contraordenação – Autoria – Empresa de comunicações eletrónicas – Dona da obra – Art. 70.º, n.º 2, alíneas c) e d), do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril – **19**, p. 95 (729).
- Contraordenação – Horário de funcionamento de estabelecimento – Deliberação de câmara municipal – Alteração do regime – Suspensão de eficácia da deliberação – **16**, p. 103 (618).
- Difamação – Diretora de IPSS – Entes coletivos – **20**, p. 141 (777).
- Doação – Anulabilidade por violação das normas da Reserva Agrícola Nacional – **23**, p. 103 (896).
- Embargos de executado – Incompetência absoluta em razão da matéria dos tribunais judiciais – Contrato de concessão de incentivos – Natureza administrativa – Certidão de dívida emitida pelo Turismo de Portugal, I.P. – Força executiva – Resolução do contrato de concessão de incentivos financeiros à inovação – Inconstitucionalidade orgânica – **23**, p. 102 (895).
- Empresa municipal – Subsídio de férias – Subsídio de Natal – Suspensão – Orçamento do Estado – **11**, p. 110 (409).
- Expropriação – Dano – Indemnização – **02**, p. 100 (105).
- Freguesia – Caminho público – **22**, p. 90 (851).
- Ilícito contraordenacional ambiental – Águas degradadas – Conceito – **17**, p. 96 (639).
- Injunção – Serviços públicos – Prescrição – **20**, p. 140 (775).
- Janelas – Regulamento Geral de Edificações Urbanas – **13**, p. 107 (498).
- Loteamento urbano – Domínio público – Domínio privado – **14**, p. 125 (533).
- Município – Expropriação – **22**, p. 90 (850).
- Recurso da matéria de facto – Domínio público – Caminho público – Assento – Interpretação restritiva – **00**, p. 123 (8).
- Responsabilidade – Autor do projeto – Diretor técnico da obra – Dono da obra – Terceiros – **23**, p. 101 (894).
- Responsabilidade civil da freguesia – Incompetência material – Tribunal administrativo – Concausalidade – **16**, p. 103 (617).

Retribuição – Junta de freguesia – Abono por falhas – Erro material – Retificação – **21**, p. 117 (812).

Serviços públicos – Energia elétrica – Responsabilidade – Nexo de causalidade – Responsabilidade objetiva – **02**, p. 101 (106).

Servidão administrativa – Instalações elétricas – **19**, p. 95 (728).

Testamento – Legado – Aceitação – Arrendamento rural – Junta de freguesia – **21**, p. 119 (815).

Tráfego de influência – Administração Regional de Saúde – **22**, p. 92 (853).

B.3) TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

Ação de reivindicação – Obra pública – Abuso de direito – **09**, p. 137 (342).

Administração Pública – Contratação – Nulidade do contrato – **02**, p. 102 (107).

Assembleia de freguesia – Deveres – Competência – Autoridade – Presidente – Mesa – Estatuto do eleito local – Condições – Exercício – Atividade – Equiparação – Jornalista – Diretor de jornal local – Inconciliabilidade de simultâneas funções – Desobediência – **14**, p. 126 (535).

Baldios – Alienação – Compartes – Acessão industrial imobiliária – Prazo – Caducidade – Não conhecimento oficioso – **16**, p. 104 (619).

Baldios – Assembleia de compartes – Exploração económica – Contrato – Indemnização – Liquidação – Abuso de direito – **21**, p. 122 (817).

Baldios – Conceito – Prescrição – Usucapião – Posse – Arrendamento de bens alheios – Nulidade – Enriquecimento sem causa – **15**, p. 125 (574).

Baldios – Património coletivo – Honorários – Execução – Penhora – **10**, p. 91 (371).

Caminho público – Conceito jurídico – Assento – **05**, p. 104 (225).

Caminho público – Conceito jurídico – Atravessadouro – **14**, p. 127 (536).

Competência material – Embargo de obra nova – Município – **11**, p. 111 (412).

Competência material – Jurisdição administrativa – Contrato administrativo – Contrato de promoção imobiliária – Empreitada de obras públicas – Habitação social – **01**, p. 105 (64).

Competência material – Jurisdição administrativa – Contrato de permuta – Contrato administrativo – Obra pública – **05**, p. 105 (226).

Competência material – Jurisdição administrativa – Município – **21**, p. 120 (816).

Competência material – Jurisdição comum – Junta de freguesia – Caminho público – Reivindicação – **15**, p. 125 (573).

- Competência material – Município – Contrato de empreitada – Garantia bancária – Seguro-caução – Tribunal comum – **04**, p. 97 (197).
- Competência material – Tribunal administrativo – Contrato de prestação de serviços – Município – Regime aplicável – Direito público – **10**, p. 91 (370).
- Competência material – Tribunal do Trabalho – Empresa municipal – Empregador – **15**, p. 124 (572).
- Competência material – Tribunais judiciais – Empresa municipal – Responsabilidade contratual – Contrato de prestação de serviço – **11**, p. 111 (411).
- Contraordenação ambiental – Admoestação – Sanção acessória – **17**, p. 98 (642).
- Contratação sem termo na Administração Pública – Sua admissibilidade – Convalidação de contrato de trabalho originariamente nulo – **19**, p. 96 (730).
- Direito de propriedade – Usucapião – Ónus da prova – Baldios – **01**, p. 104 (63).
- Doação modal – Doação de terrenos a entidade pública – Dispensa de forma – **11**, p. 111 (413).
- Domínio público – Requisitos – Propriedade – Autarquia – **07**, p. 96 (283).
- Entidades públicas empresariais – Celebração de contratos de trabalho subordinado – Requisitos necessários – Nulidade do contrato de trabalho – **18**, p. 131 (680).
- Expropriação – Equipamentos de lazer e recreio – Indemnização – Prestação – Juros de mora – **04**, p. 96 (196).
- Expropriação – Servidão administrativa – Arbitragem – **22**, p. 95 (855).
- Expropriação – Servidão de gás – Indemnização – Danos futuros – **02**, p. 103 (108).
- Loteamento urbano – Decisão administrativa – Ação de reivindicação – **06**, p. 121 (260).
- Responsabilidade civil – Concessionário – Autoestrada – Escoamento de águas – Prescrição – **00**, p. 124 (9).
- Servidão administrativa – Linhas elétricas – Indemnização – Arbitragem – Recurso de facto – **21**, p. 123 (818).
- Titular de cargo político – Prevaricação – Aplicação da lei penal no tempo – Regime mais favorável ao agente – Alteração do plano diretor municipal – Lei penal em branco – **20**, p. 141 (778).
- Tribunal administrativo – Providência cautelar – Impugnação de decisão administrativa – Processo de contraordenação – Erro na forma do processo – **23**, p. 104 (897).
- Usucapião – Baldios – Aplicação da lei no tempo – **07**, p. 95 (282).

B.4) TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

- Ação de reivindicação – Estado – Domínio público municipal – Indemnização – Restituição – **20**, p. 142 (779).
- Área Urbana de Génese Ilegal – Comparticipação – Assembleia de proprietários – Comissão administrativa – **13**, p. 108 (499).
- Área Urbana de Génese Ilegal – Despesas – Comparticipação – **18**, p. 132 (681).
- Autoridade administrativa – Recurso de contraordenação – Execução – Tribunal competente – **17**, p. 101 (646).
- Baldios – Nulidades – Legitimidade – **23**, p. 106 (900).
- Colónia – Extinção – Transmissão de direitos – Direito de remissão – **20**, p. 143 (781).
- Competência em razão da matéria – Relação laboral – Junta de freguesia – Juízos do trabalho – **21**, p. 124 (819).
- Competência material – Concessionária do serviço público – Tribunais tributários – **17**, p. 100 (644).
- Competência material – Incompetência absoluta – Ato administrativo – **00**, p. 125 (10).
- Contrato administrativo – Entidade pública empresarial – Competência material – **22**, p. 97 (858).
- Contrato de arrendamento – Obras de conservação no exterior do prédio – Obrigatoriedade da sua realização – **18**, p. 132 (682).
- Contrato de fornecimento de energia elétrica – Responsabilidade contratual – Indemnização – Condenação ilíquida – Equidade – **04**, p. 98 (198).
- Direito de propriedade – Domínio público – Atravessadouro – Condomínio – Terraços – Partes comuns – **07**, p. 97 (284).
- Direito de regresso – Prescrição – Município – **17**, p. 99 (643).
- Domínio público – Usucapião – **22**, p. 97 (857).
- Embarcação – Registo – Contraordenação marítima – **19**, p. 97 (731).
- Embargos de executado – Reversão urbanística – **23**, p. 104 (898).
- Empreitada de obras públicas – Contrato administrativo – Subempreitada – Natureza jurídica – **01**, p. 108 (66).
- Empresa pública – Responsabilidade civil contratual – Competência material – Tribunal comum – **05**, p. 106 (228).
- Expropriação – Direito de reversão – **22**, p. 99 (863).
- Expropriação – Indemnização – Aterro – **15**, p. 128 (577).
- Expropriação – Preferência – **22**, p. 96 (856).
- Expropriação litigiosa – Declaração de utilidade pública – **18**, p. 133 (683).
- Expropriação por utilidade pública – Benfeitorias – **08**, p. 112 (314).
- Fornecimento de energia elétrica – Interesse público – **07**, p. 97 (285).

- Foro administrativo – Competência material – Contrato de *factoring* – Empreitada de obras públicas – **02**, p. 104 (109).
- Funcionário – Difamação – Alteração substancial dos factos – **19**, p. 98 (732).
- Instituto de Segurança e Solidariedade Social – Tutela administrativa – Estabelecimentos de apoio social – Responsabilidade do Estado – **10**, p. 93 (372).
- Loteamento rústico – Aldeamento turístico – Partes comuns – Acesso à via pública – **05**, p. 106 (227).
- Obra pública – Direito de propriedade – **17**, p. 100 (645).
- Oposição à penhora – Impenhorabilidade – Pessoa coletiva de direito público – **00**, p. 125 (11).
- Passe de transporte público – Passe “Lisboa Viva” – Uso de documento falso – Contraordenação – **11**, p. 113 (414).
- Peculato – Facto constitutivo – Junta de freguesia – **20**, p. 142 (780).
- Prédio rústico – Usucapião – Omissão de pronúncia – Compropriedade – **01**, p. 106 (65).
- Registo predial – Ação administrativa – Licenciamento – **15**, p. 127 (575).
- Suspensão do despedimento – Transmissão de estabelecimento – Câmara municipal – Conflito de normas – **03**, p. 106 (163).
- Telecomunicações – Ruído – **23**, p. 105 (899).
- Transporte rodoviário – Concorrência desleal – **15**, p. 128 (576).
- Tribunal administrativo – Competência – Contrato público – Município – **13**, p. 109 (500).

B.5) TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

- Ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho – Ação de simples apreciação – Setor empresarial do Estado – **18**, p. 134 (685).
- Acidente de trabalho – Competência – Contrato emprego-inserção – Município – **23**, p. 107 (902).
- Bens relativamente impenhoráveis – Câmara municipal – **03**, p. 107 (164).
- Câmara municipal – Empresas locais – **22**, p. 99 (862).
- Câmara municipal – Reversão – Defesa por exceção – Exceção perentória – Conhecimento oficioso – **23**, p. 106 (901).
- Competência – Gestor Público – **11**, p. 114 (415).
- Competência – Tribunal Administrativo – Tribunal Comum – **14**, p. 128 (537).
- Competência do tribunal – Indemnização – Município – **22**, p. 98 (859).
- Competência em razão da matéria – Ato administrativo – **15**, p. 129 (579).

- Competência em razão da matéria – Contrato de permuta – Habitação a preços controlados – Município – **00**, p. 126 (12).
- Competência em razão da matéria – Taxa – Concessão de serviços públicos – **17**, p. 99 (733).
- Competência em razão da matéria – Tribunais administrativos – **17**, p. 102 (647).
- Competência material – Arrendamento – Município – **22**, p. 98 (860).
- Concessionário – Tribunais administrativos – **21**, p. 124 (820).
- Contraordenação ambiental – Constitucionalidade – Regime concretamente mais favorável – **16**, p. 106 (620).
- Contrato de emprego-inserção – Relação de natureza administrativa – Competência em razão da matéria – **05**, p. 107 (229).
- Contrato de prestação de serviços – Contrato de trabalho em funções públicas – Nulidade – Antiguidade do trabalhador – **15**, p. 130 (580).
- Crime de peculato – Titular de cargo político – Vereador – **14**, p. 129 (539).
- Denúncia caluniosa – Autoridade – Presidente da câmara – **08**, p. 114 (315).
- Difamação – Liberdade de expressão – Político – **14**, p. 128 (538).
- Domínio público hídrico – Zona de proteção – **20**, p. 144 (783).
- Domínio público marítimo – Propriedade privada – Prova – **21**, p. 125 (821).
- Empresa pública – Transmissão do estabelecimento – **22**, p. 98 (861).
- Estado – Domínio público – Prova documental – **05**, p. 107 (230).
- Incompetência absoluta – Tribunais administrativos – **21**, p. 125 (822).
- Mouchões – Domínio público hídrico – Usucapião – **18**, p. 133 (684).
- Município – Atividades perigosas – Seguro – Responsabilidade solidária – **07**, p. 99 (286).
- Obras – Regulamento Geral de Edificações Urbanas – **09**, p. 138 (343).
- Prevaricação – Perda do mandato – Inconstitucionalidade – **14**, p. 130 (540).
- Reivindicação – Domínio público hídrico – **20**, p. 144 (782).
- Servidão administrativa – Direito de propriedade – Interesse público – Energia elétrica – Direito à indemnização – **15**, p. 129 (578).

C) TRIBUNAL DE CONTAS

a) 1.ª Secção (fiscalização prévia)

- Acordo de colaboração de transporte público rodoviário de passageiros – Obrigação de serviço público – Compensação financeira – Auxílio de Estado – Recusa de visto – **22**, p. 106 (866).
- Acordo de regularização de dívida – Sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas – Procedimento administrativo – Princípios da concorrência – **23**, p. 111 (905).
- Acordos de regularização de dívidas das autarquias locais – Dívida pública fundada – Dívida pública flutuante – Empréstimo – Locação financeira – Fiscalização prévia do Tribunal de Contas – **23**, p. 108 (903).
- Cessão da posição contratual em contratos de locação financeira entre o Município de Matosinhos e a empresa municipal “MS-Matosinhos Sport, E.E.M.” – Setor empresarial local – Recusa do visto – **07**, p. 103 (289).
- Constituição de cooperativa pela Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso – Participações locais – **06**, p. 126 (263).
- Contrato celebrado entre o Município de Cascais e a “Parública – Participações Públicas (SGPS), S.A.”, relativo à aquisição de ações nominativas representativas da totalidade do capital social da Sociedade “CE – Circuito do Estoril, S.A.” e de créditos sobre a Sociedade – Empresas locais – Serviços de interesse geral – **09**, p. 141 (345).
- Contrato de aquisição de gasóleo entre o Município de Coimbra e a “Petrogal, S.A.” – Setor público administrativo local – Serviços municipalizados – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei de Enquadramento Orçamental – **00**, p. 127 (13).
- Contrato de aquisição de serviços celebrado entre o Município de Guimarães e a Cooperativa “A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, C.I.P.R.L.” – Ajuste direto – Retroatividade do contrato – Declaração de cabimento e de compromisso – **07**, p. 108 (291).
- Contrato de aquisição de serviços de formação/ensino, no âmbito do programa municipal de enriquecimento curricular e componente de apoio à família – Externalização de serviços – Nulidade – **04**, p. 106 (202).
- Contrato de aquisição de serviços de seguros entre o Município de Alcácer do Sal e a “Fidelidade, S.A.” – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Fundos disponíveis – Assunção de compromissos – **08**, p. 117 (317).
- Contrato de compra e venda de prédios urbanos – Fundos disponíveis – Recusa do visto – Responsabilidade financeira – **19**, p. 100 (734).
- Contrato de concessão – Parceria público-privada – Procedimento administrativo – Modelo de avaliação de propostas – Dever de adjudicação – Dever de fundamentação – Equilíbrio financeiro do contrato – Partilha de riscos – Financiamento do concessionário – Garantias reais e pessoais – **22**, p. 100 (864).
- Contrato de concessão de obra pública – Procedimento administrativo – Ajuste direto – Proposta excluída – Princípio da concorrência – **04**, p. 99 (199).
- Contrato de concessão de serviço público celebrado pelo Município de Vila Real – Modificação do conteúdo dos contratos – Renovação do contrato – **00**, p. 130 (15).

- Contrato de concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos – Regime de exclusividade – Modificação dos contratos administrativos – Atribuição de compensação por inobservância da exclusividade – **02**, p. 109 (113).
- Contrato de empreitada celebrado entre o Município de Sernancelhe e a “Floponor, S.A.” – Modelo de avaliação das propostas – Proposta economicamente mais vantajosa – Princípio da concorrência – **12**, p. 85 (463).
- Contrato de empreitada celebrado entre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada e a empresa “A.R. Casanova – Construção Civil, Lda.” – Publicitação do aviso de abertura do concurso – Visto com recomendação – **15**, p. 132 (582).
- Contrato de empreitada celebrado entre os Serviços Municipalizados do Município de Angra do Heroísmo e a empresa “Marques, S.A.” – Publicitação no portal dos contratos públicos – Visto com recomendações – **14**, p. 136 (544).
- Contrato de empreitada celebrado pelo Município da Vidigueira – Programa do concurso – Modelo de avaliação das propostas – Proposta economicamente mais vantajosa – Princípios da contratação pública – **17**, p. 105 (649).
- Contrato de empreitada celebrado pelo Município de Tabuaço – Procedimento administrativo – Programa do concurso – Critérios de adjudicação – Proposta economicamente mais vantajosa – **02**, p. 106 (111).
- Contrato de empreitada de obra pública – Aplicação dos critérios de adjudicação – Proposta do mais baixo preço – Arredondamento dos valores das propostas – **10**, p. 98 (375).
- Contrato de empreitada de obra pública – Programa do concurso – Habilitação dos concorrentes – **21**, p. 126 (823).
- Contrato de empreitada para requalificação/ampliação do Estádio João Cardoso celebrado pelo Município de Tondela – Princípio de imparcialidade – Constituição de direito de superfície – Negócio simulado – Contrato-programa de desenvolvimento desportivo – **09**, p. 143 (346).
- Contrato de empréstimo – Endividamento municipal – **01**, p. 109 (67).
- Contrato de empréstimo – Reabilitação e revitalização urbanas – Legalidade administrativa – Legalidade financeira – Matriz para apresentação de propostas – **21**, p. 130 (825).
- Contrato de empréstimo – Saneamento financeiro – Princípios da estabilidade orçamental e da equidade intergeracional – **13**, p. 113 (502).
- Contrato de empréstimo – Substituição de dívida – Processo de recuperação financeira – Fundo de Apoio Municipal – **13**, p. 110 (501).
- Contrato de empréstimo celebrado entre o Município de Montemor-o-Velho e a Caixa Geral de Depósitos – Nulidade – Norma financeira – Princípio da livre apreciação da prova – Saneamento financeiro – **14**, p. 131 (541).
- Contrato de empréstimo celebrado entre o Município de Resende e a “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo” – Saneamento financeiro – Reprogramação da dívida municipal – **11**, p. 116 (417).

- Contrato de empréstimo celebrado pelo Município de Espinho – Acordo de regularização de dívida – Substituição de dívida – Endividamento municipal – **22**, p. 104 (865).
- Contrato de empréstimo celebrado pelo Município de Viana do Castelo para amortização de dívida resultante de contrato anterior, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Comparabilidade das propostas – **12**, p. 87 (464).
- Contrato de empréstimo entre o Município de Resende e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, C.R.L. – Saneamento financeiro – **04**, p. 104 (201).
- Contrato de empréstimo para financiamento de um acordo de regularização de dívida do município – Regime financeiro das autarquias locais – **18**, p. 138 (688).
- Contrato de empréstimo para reforço de tesouraria – Prorrogação – Dívida pública fundada e fluante – Sujeição à fiscalização prévia do Tribunal de Contas – **10**, p. 94 (373).
- Contrato de empréstimo para saneamento financeiro – Endividamento municipal – **20**, p. 145 (784).
- Contrato de empréstimo para saneamento financeiro – Endividamento municipal – Equilíbrio e sustentabilidade orçamentais – Fundamentos da recusa de visto – **16**, p. 108 (621).
- Contrato de empréstimo, sob a forma de abertura de crédito – Contradição entre os fundamentos e a decisão de recusa de visto – Erro de julgamento – **21**, p. 128 (824).
- Contrato de fornecimento de gasóleo rodoviário – Critério da proposta economicamente mais vantajosa – Modelo de avaliação das propostas – Compromissos plurianuais – **13**, p. 115 (503).
- Contrato de fornecimento de refeições entre o Município de São João da Madeira e a “Eurest” – Programa do concurso – Caderno de encargos – Exclusão de propostas – Critério de adjudicação – **08**, p. 115 (316).
- Contrato de fornecimento de refeições escolares celebrado pelo Município de Viseu – Procedimento administrativo – Alteração das propostas – Princípios da contratação pública – **09**, p. 146 (347).
- Contrato de prestação de serviço público de transporte escolar em carreira pública e atribuição de compensação financeira – Legalidade da compensação financeira – Ajuste direto – **18**, p. 135 (686).
- Contrato de prestação de serviços celebrado entre o Município de Pinhel e o consórcio “Ecoambiente/Resur” – Procedimento administrativo – Modelo de avaliação das propostas – Princípios da contratação pública – **03**, p. 115 (169).
- Contrato de prestação de serviços celebrado entre o Município do Sabugal e a empresa local “Sabugal +, Empresa Municipal de Gestão de Espaços Culturais, Desportivos, Turísticos e de Lazer, E.M.” – Setor empresarial local – Dissolução de empresa local – Celebração de contrato com empresa que deveria estar extinta ou em processo de extinção por imperativo legal – Nulidade – Recusa do visto – **05**, p. 116 (234).
- Contrato de prestação de serviços celebrado pelo Município da Guarda para recolha, limpeza e transporte de resíduos sólidos – Modelo de avaliação – Caderno de encargos – Visto com recomendação – Recusa do visto – **07**, p. 105 (290).

- Contrato de prestação de serviços celebrado pelo Município de Alenquer para confeção, transporte e distribuição de refeições escolares – Avaliação das propostas – Cadernos de encargos – Alteração do resultado financeiro – Fundamento da recusa do visto – **05**, p. 108 (231).
- Contrato de prestação de serviços celebrado pelo Município de Aveiro para o fornecimento de refeições em escolas e jardins de infância – Fundos disponíveis – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso – **06**, p. 123 (261).
- Contrato de prestação de serviços celebrado pelo Município de Montalegre para recolha de resíduos sólidos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de contentores – Modelo de avaliação de propostas – Princípios da contratação pública – **05**, p. 111 (232).
- Contrato de prestação de serviços e de aluguer de viaturas celebrado entre o Município do Sabugal e a empresa municipal “Sabugal+” – Regime jurídico da atividade empresarial local (RJAEL), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – **11**, p. 120 (419).
- Contrato de prestação de serviços entre o Município de Matosinhos e a sociedade “Souto Moura – Arquitetos, S.A.” – Procedimento por ajuste direto – Cessão contratual – Adiantamento de preço – Responsabilidade financeira – Recusa do visto – **15**, p. 131 (581).
- Contrato de serviço público de passageiros – Obrigação de serviço público de transporte de passageiros – Compensação financeira – Procedimento administrativo e seus princípios conformadores – Formação concorrencial do contrato – **23**, p. 113 (906).
- Contrato para implementação de sistema integrado de mobilidade – Programa do concurso – Preço anormalmente baixo – Análise e avaliação de propostas – Critérios de adjudicação – Visto com recomendações – **01**, p. 112 (69).
- Contrato-programa celebrado entre o Município de Braga e a Sociedade “Theatro Circo de Braga, E.M., S.A.” – Setor empresarial local – Recusa de visto – **07**, p. 100 (287).
- Contrato-programa celebrado entre o Município de Cascais e a “Cascais Dinâmica, E.M., S.A.” – Atribuição de efeitos retroativos – Assunção de compromissos – Responsabilidade financeira – **15**, p. 134 (583).
- Contrato-programa celebrado entre o Município de Cascais e a Fundação D. Luís I, F.P. – Admissibilidade da celebração de contratos-programa entre municípios e fundações – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Sociais – **17**, p.107 (650).
- Contrato-programa entre município e empresa municipal – Comparticipação financeira em contrapartida da prestação de serviços culturais – **02**, p. 108 (112).
- Contrato programa entre município e empresa municipal – Contrato de gestão – Prestação de serviços de interesse geral – Indemnização compensatória – **01**, p. 113 (70).
- Contrato-programa entre um município e uma fundação – Nulidade por falta de fundamentação – **19**, p. 101 (735).
- Contrato-programa plurianual entre o Município de Portimão e a “Portimão Urbis, E.M.”, para gestão do sistema de transporte coletivo de Portimão – Regime jurídico da Atividade Empresarial Local – Parecer do ROC – **03**, p. 113 (168).

- Contrato relativo à gestão de espaços verdes – Parceria público-privada – Setor empresarial local – Modificação do contrato – Procedimento administrativo – **01**, p. 110 (68).
- Contratos-programa celebrados entre o Município da Nazaré e a empresa local “Nazaré Qualifica, E.M., Unipessoal, Lda.” – Dispensa de fiscalização prévia – Responsabilidade – **14**, p. 135 (543).
- Contratos-programa celebrados entre o Município da Nazaré e a empresa municipal “Nazaré Qualifica” – Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (RJAEL), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Recusa do visto – Responsabilidades financeiras – Controlo concomitante – **11**, p. 115 (416).
- Contratos celebrados pelo Município de Aveiro destinados à recuperação financeira do município – **12**, p. 89 (465).
- Contratos de aquisição de serviços de remoção de *graffiti* e cartazes, proteção das superfícies tratadas e sua manutenção – Ajuste direto – Urgência imperiosa – **18**, p. 136 (687).
- Contratos de empréstimo celebrados pelo Município de Alcochete com a Caixa Geral de Depósitos e o BANIF – Dívida municipal – Saneamento financeiro – Princípio da separação de poderes – Princípio da autonomia local – **11**, p. 118 (418).
- Contratos de empréstimo celebrados pelo Município de Mafra para a realização de investimentos e para o pagamento de quantia devida à concessionária pelo resgate da concessão – Limite de endividamento – **17**, p. 102 (648).
- Contratos de empréstimo de curto prazo celebrados pelo Município de Vendas Novas – Capacidade de endividamento – Limites de endividamento – **00**, p. 128 (14).
- Contratos de empréstimos celebrados pelo Município de Alcochete – Recuperação financeira – Saneamento financeiro – Endividamento – Dívida total – **09**, p. 139 (344).
- Contratos de prestação de serviços entre o Município de Portimão e a Portimão Urbis, E.M., S.A. – Setor empresarial local – Fundos disponíveis – Fiscalização prévia – Responsabilidade financeira – **04**, p. 101 (200).
- Criação de empresa municipal – **18**, p. 140 (689).
- Criação de empresa municipal – Impedimentos – Estudo sobre a viabilidade económico-financeira – Competência do Tribunal de Contas – **19**, p. 103 (735).
- Deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães de aprovação do aumento do capital social da cooperativa “Taipas Turitermas, CIPRL” – Estudos técnicos – Norma financeira – **14**, p. 132 (542).
- Deliberações relativas à reestruturação do setor empresarial do Município de Sintra – “Transformação” de entidade empresarial local – Escolas profissionais – **04**, p. 107 (203).
- Minuta de contrato de aquisição, a título gratuito, de ações representativas do capital social da “Madalenagir, S.A.”, entre o Município da Madalena do Pico e a “Madalena Progresso, E.E.M.” – Recusa do visto – **06**, p. 127 (264).
- Minuta de contrato em que a entidade empresarial municipal “Figueira Grande Turismo, E.E.M. cede gratuitamente ao Município da Figueira da Foz as ações que detém na “Paço de Maiorca, Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, S.A. – Parceria público-

-privada institucionalizada – Prossecução do interesse público local – Nulidade – Recusa do visto – **05**, p. 113 (233).

Minutas de contratos de cessão de exploração e de arrendamento entre o Município de Alcobaca e a “Cister – Equipamentos Educativos, S.A.” – Parceria Público-Privada – Estudo comparativo – Publicação de anúncio – Equidade intergeracional – Recurso – **06**, p. 124 (262).

Minuta de escritura de contrato de compra e venda de prédio urbano – Proibição de contratar com contribuintes sem a situação tributária regularizada – Subsídio ao investimento a empresa municipal – **22**, p. 108 (867).

Participação de município em instituição de crédito – Atribuições e competência – Nulidade de deliberação – Recuso do visto – **20**, p. 147 (786).

Procedimento de recuperação financeira municipal – Programa de ajustamento municipal – Dívida pública – **10**, p. 97 (374).

Protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Guimarães e a Cooperativa “Tempo Livre Fiscal” – Aplicabilidade do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL) – Contratação pública – Procedimento administrativo – Nulidade – **03**, p. 109 (166).

Protocolo de colaboração entre o Município de Guimarães e a Cooperativa “Fraterna” – Aplicabilidade do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local – Contratação pública – Serviços sociais de interesse geral – Procedimento administrativo – **03**, p. 110 (167).

Recusa de visto a contrato – Reenvio do processo ao Tribunal de Contas – Natureza do ato de recusa do visto – **20**, p. 146 (785).

Recurso extraordinário para uniformização de jurisprudência – Oposição de julgados – Exceção de caso julgado – **23**, p. 110 (904).

Renovação de contrato – Fundos disponíveis – Âmbito de aplicação da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso – Nulidade – **03**, p. 108 (165).

Reorganização da atividade empresarial local e participações locais do Município de Trancoso – Deliberação da assembleia municipal – Recusa do visto – **07**, p. 102 (288).

Reorganização da atividade empresarial e das participações locais do Município de Trancoso – **02**, p. 104 (110).

b) 3.ª Secção (julgamento de responsabilidades financeiras)

Competência do Tribunal de Contas – Competência dos tribunais arbitrais – Julgamento segundo a equidade – Julgamento segundo o direito constituído – Pagamentos ilegais – Pagamentos indevidos – Autoridade de caso julgado – Interpretação desconforme ao art. 214.º, n.º 1, alínea c), da CRP – **00**, p. 133 (16).

Contratação pública – Trabalhos a mais – Responsabilidade financeira – **20**, p. 148 (787).

- Contrato de prestação de serviços celebrado pelo Município de Borba com a sociedade “Metapessoal – Unipessoal, Lda.”, tendo como sócia-gerente uma funcionária aposentada – Ilícitude – Culpa – Responsabilidade financeira reintegratória – **08**, p. 118 (318).
- Dever de prestação de contas – Ilícitude – Erro – Ignorância – Culpa – Negligência – Dispensa de pena – Atenuação da pena – **11**, p. 125 (422).
- Erro na apreciação da prova – Culpa – Dispensa de multa – Fundos disponíveis – Informações e pareceres dos serviços municipais – **20**, p. 150 (788).
- Infração financeira sancionatória – Culpa – Graduação das multas – Eleitos locais – Dever de boa administração – Princípio da prossecução do interesse público – **00**, p. 134 (17).
- Infração financeira sancionatória – Princípio da presunção da inocência – Garantia dos direitos de defesa e audiência – Princípio do contraditório – Contrato de trabalho a termo resolutivo – Dispensa da pena – **01**, p. 117 (72).
- Nulidade da sentença – Responsabilidade sancionatória – Culpa – **16**, p. 109 (622).
- Nulidade da sentença ou acórdão – Reforma da decisão – **16**, p. 111 (623).
- Princípio da separação de poderes – Princípio do acusatório – Responsabilidade financeira reintegratória – Pressupostos – Culpa negligente – Concausalidade – Redução da responsabilidade – **18**, p. 143 (690).
- Recurso extraordinário para fixação de jurisprudência – Oposição de julgados – Responsabilidade financeira reintegratória – Responsabilidade solidária – Responsabilidade individual – **21**, p. 133 (826).
- Responsabilidade financeira – Decisão do Tribunal Administrativo do Funchal – Autoridade do caso julgado – Exceção do caso julgado – **12**, p. 92 (466).
- Responsabilidade financeira – Extinção do procedimento – Prescrição – **13**, p. 119 (505).
- Responsabilidade financeira – Fiscalização prévia – Utilização de empréstimo em finalidade diversa da legalmente prevista – Violação do limite legal da capacidade de endividamento – **13**, p. 117 (504).
- Responsabilidade financeira reintegratória – Conceito de “funções públicas” – Culpa – Dano – Relevação da responsabilidade – Conversão da responsabilidade – **11**, p. 124 (421).
- Responsabilidade financeira reintegratória – Contraprestação efetiva – Recurso extraordinária para fixação de jurisprudência – **11**, p. 122 (420).
- Responsabilidade financeira reintegratória – Norma financeira – Culpa – Negligência – Nexo de causalidade – Dano – Responsabilidade individual – Responsabilidade solidária – Relevação da responsabilidade financeira reintegratória – Redução da responsabilidade financeira reintegratória – **19**, p. 106 (736).
- Responsabilidade financeira sancionatória – Assunção de despesas – Autorização de pagamentos – **06**, p. 129 (265).
- Responsabilidade financeira sancionatória – Autorização de despesas sem suporte legal – Isenção de horário de trabalho – Prestação de trabalho em dias de descanso complementar e feriados – **01**, p. 119 (73).

Responsabilidade financeira sancionatória – Cúmulo das multas aplicáveis – Contração de empréstimos por município – Dívida fundada – **06**, p. 130 (266).

Responsabilidade financeira sancionatória – Dever de colaboração – Fiscalização concomitante – Contrato adicional – Dispensa da pena – **01**, p. 115 (71).

Responsabilidades financeiras sancionatória e reintegratória – Intervenção do Ministério Público e Garantias processuais – Culpa – **15**, p. 135 (584).

D) SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Ação administrativa especial – Legalidade urbanística – Delegação de poderes para ordenar demolições de edificações erigidas ilegalmente – Direitos fundamentais – **01**, p. 126 (82).

Ação administrativa especial – Reclamação para a conferência – ETAF – **15**, p. 139 (589).

Ação administrativa especial – Tribunal competente – Relação jurídica administrativa – Relação jurídica tributária – **14**, p. 138 (545).

Ação de condenação – Contrato de fornecimento – Exceção dilatória – Tribunal arbitral – **10**, p. 104 (378).

Ação de indemnização – Coligação – Ineptidão da petição – **02**, p. 116 (120).

Ação popular – Legitimidade – Regulamento – Município do Porto – Prédio – Construção – Terreno – Domínio municipal – Operação urbanística – **02**, p. 123 (131).

Acidente de viação – Responsabilidade civil extracontratual – Ilícitude – Culpa – Nexos de causalidade – **19**, p. 113 (745).

Acidente de serviço – Reparação – Lesão corporal – Agravamento de lesões – Intervenção cirúrgica – **21**, p. 137 (831).

Afixação – Inscrição – Publicidade – Licenciamento – Contradição – **02**, p. 124 (133).

Alteração da matéria de facto – Responsabilidade civil extracontratual das autarquias locais – Loteamento – Nulidade – Conhecimento oficioso – Cedência gratuita de parcelas de terreno – Compensação – **03**, p. 117 (171).

Alvará – Licença de utilização – Deferimento tácito – Intimação – **00**, p. 137 (23).

Âmbito da jurisdição administrativa – Ato legislativo – Ato administrativo – **12**, p. 94 (467).

Antena de radiocomunicações – Demolição – **14**, p. 141 (551).

Antenas de telecomunicações – Ordem de demolição – Caducidade *ope legis* – **02**, p. 117 (122).

Arbitragem – Decisão arbitral – Recurso jurisdicional – **15**, p. 142 (593).

Arbitragem – Tribunal competente – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – **18**, p. 147 (695).

- Área de construção – Regulamento – Área para estacionamento – Plano diretor municipal – **15**, p. 138 (587).
- Área metropolitana – Ato de delegação de poderes – Ato impugnável – Ministério Público – Ação pública – Lei habilitante – **19**, p. 109 (738).
- Assembleia municipal – Deliberação – Permuta – Autorização – Ato recorrível – **00**, p. 136 (19).
- Ato – Natureza – Ato normativo – Ato administrativo – Lei de execução orçamental – **02**, p. 121 (128).
- Ato administrativo – Ato normativo – **02**, p. 112 (115).
- Ato confirmativo – Fundamentação diversa – Nulidade do ato – Notificação – Cônjuge – Caso julgado – **16**, p. 114 (626).
- Ato de adjudicação – Indemnização – Dano indemnizável – **07**, p. 111 (296).
- Ato de execução – Loteamento – Cedência – Domínio público – Arrendamento – Caducidade – **03**, p. 117 (170).
- Ato impugnável – **18**, p. 149 (697).
- Ato irrecorrível – Licenciamento – **10**, p. 107 (383).
- Ato legislativo – Incompetência do supremo tribunal administrativo – **11**, p. 128 (424).
- Audiência prévia – Bar – Regulamento do ruído – Estabelecimento comercial – Horário de funcionamento – **13**, p. 121 (508).
- Autarquia local – Contencioso eleitoral – Prazo de caducidade – Início do prazo – **05**, p. 119 (237).
- Autarquia local – Horário de trabalho – Trabalho extraordinário – **10**, p. 106 (381).
- Avaliação de desempenho – SIADAP – **01**, p. 127 (83).
- Avaliação de desempenho – SIADAP – Apreciação de comissão paritária – Ato de homologação – Reclamação – **01**, p. 123 (78).
- Baldios – Compartes – Agregação – Freguesia – Capacidade judiciária – **19**, p. 111 (742).
- Bombeiros profissionais – Administração local – Disponibilidade permanente – Remuneração – Suplemento remuneratório – **19**, p. 110 (739).
- Caminho público – Posse – Usucapião de faixa de terreno – Prova – Presunções – **01**, p. 124 (80).
- Certidão – Destaque de parcela – Deferimento tácito – Violação – Plano de urbanização – **22**, p. 110 (870).
- Cessação de funcionamento de estabelecimento – Ruído – Estudo de incomodidade sonora – Abuso de direito – Má-fé – Aproveitamento do ato – **01**, p. 121 (76).
- Código dos Contratos Públicos – Exclusão de concorrente – Habilitação do adjudicatário – **00**, p. 136 (20).
- Código dos Contratos Públicos – Exclusão de propostas – Adjudicação – Programa do concurso – **00**, p. 136 (21).

- Competência – Responsabilidade civil – Réu – Seguradora – **12**, p. 95 (470).
- Conclusões – Despacho – Convite – Não conhecimento do recurso – **16**, p. 113 (625).
- Concurso público – Conteúdo – Proposta – Esclarecimento – Omissão – Termo – **12**, p. 96 (472).
- Concurso público – Exclusão de propostas – Efeito – **15**, p. 141 (592).
- Concurso público – Proposta – Documentos – Assinatura – Avaliação – **18**, p. 145 (692).
- Condenação à prática do ato devido – Recurso hierárquico – Indeferimento tácito – Revogação implícita – **15**, p. 138 (586).
- Condomínio – Licença de estabelecimento comercial e industrial – Autorização – **02**, p. 113 (116).
- Contencioso administrativo – Processos em massa – Prazo – Impugnação administrativa – Suspensão de prazo – Impugnação contenciosa – **22**, p. 111 (871).
- Contencioso eleitoral – Autarquia local – Ministério Público – Prazo de caducidade – **05**, p. 121 (241).
- Contencioso eleitoral – Assembleia municipal – Mesa da assembleia municipal – **07**, p. 110 (294).
- Contencioso pré-contratual – Aceitação – Execução – Caderno de encargos – Concorrência – Exclusão de propostas – **10**, p. 104 (379).
- Contencioso pré-contratual – Caderno de encargos – Declaração – Aceitação – Assinatura – Exclusão de propostas – **08**, p. 123 (322).
- Contencioso pré-contratual – Efeito suspensivo – **15**, p. 137 (585).
- Contencioso pré-contratual – Plano de trabalhos – Erro de julgamento – **19**, p. 112 (744).
- Contratação pública – Exclusão de propostas – Princípio da intangibilidade da proposta – Princípio da concorrência – Apoio – Desempregado de longa duração – Reenvio prejudicial – **10**, p. 101 (376).
- Contratação pública – Prazo para apresentação de documentos – Habilitação do adjudicatário – **17**, p. 112 (655).
- Contratação pública – Preço anormalmente baixo – Proposta – Exclusão de propostas – Princípio da proporcionalidade – **20**, p. 155 (794).
- Contrato de empreitada – Consignação de obra – Indemnização – **17**, p. 110 (652).
- Contrato de empreitada – *Exceptio non adimpleti contractus* – **11**, p. 132 (429).
- Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Atraso na decisão – Indemnização – Dano não patrimonial – **20**, p. 151 (789).
- CPTA – Decisão da causa principal – Juiz singular – **12**, p. 94 (468).
- Criação de autarquias locais – Função legislativa – Providência cautelar de suspensão de eficácia – Pressupostos – Manifesta ilegalidade – **02**, p. 112 (114).
- Custas judiciais – Ação popular – Isenção de custas – **05**, p. 119 (236).

- Demissão – Gestor público – Conveniência de serviço – Fundamentação – Audiência do interessado – **17**, p. 111 (654).
- Demolição – Função administrativa – **17**, p. 109 (651).
- Demolição – Proporcionalidade – **00**, p. 139 (27).
- Despesas judiciais – Autarca – Reembolso – **11**, p. 134 (435).
- Direito de propriedade – Ocupação de terreno – Câmara municipal – Empresa municipal – Acessão – Boa-fé – Má-fé – Reparação *in natura* – Restituição – **17**, p. 110 (653).
- Domínio público – Afetação – Desafetação – Contrato de urbanização – Usucapião – Presunção – Caso julgado – Erro nos pressupostos de facto – Erro nos pressupostos de direito – Bens do domínio público – Competência dos tribunais administrativos – **03**, p. 119 (173).
- Domínio público – Estrada nacional – Estrada municipal – **13**, p. 121 (509).
- Edificação – Logradouro – Arguição de inconstitucionalidade – **14**, p. 139 (547).
- Eleição – Presidente – Quórum – **05**, p. 120 (240).
- Eleitos locais – Impedimento – Exclusão de propostas – **23**, p. 117 (910).
- Eleitos locais – Pagamento – Despesas judiciais – Aproveitamento do ato administrativo – **11**, p. 127 (423).
- Eleitos locais – Regime de tempo parcial – Pensão – Caixa geral de aposentações – **22**, p. 112 (872).
- Embargo de obra – Licença de obras – Revogação – Audiência prévia – **07**, p. 110 (293).
- Empreendimento turístico – Licença de obras – Alvará – Ato juridicamente inexistente – **02**, p. 113 (117).
- Empreitada de obras públicas – Defeitos – Caducidade – Prazo de garantia – Exceção de não cumprimento – **01**, p. 125 (81).
- Empreitada de obras públicas – Multa contratual – Desconto – Contrato de *factoring* – **11**, p. 131 (428).
- Empreitada de obras públicas – Preço parcelar – Declaração – Formalidade não essencial – Princípio da proporcionalidade – Causas de exclusão – Proposta – **10**, p. 105 (380).
- Entrevista – Seleção dos candidatos – Falta de fundamentação – Lista de classificação final – Anulação – **19**, p. 110 (740).
- Erro nos pressupostos – Condomínio – Intimação para fazer obras – **09**, p. 148 (350).
- Execução de acórdão – Caducidade – Convolação – **23**, p. 120 (913).
- Execução de julgado – Acórdão anulatório – Decisão disciplinar – Ato punitivo – Ato renovável – Eficácia retroativa – **20**, p. 152 (790).
- Execução de julgado – Omissão de pronúncia – Licença de construção – Nulidade – Loteamento – Caso julgado – Causa legítima de inexecução – Indemnização – **04**, p. 111 (208).

Execução de julgado anulatório – Ato desconforme com o julgado – Ato de execução de sentença – Ilegalidade – Extinção – **19**, p. 112 (743).

Fornecimento de água – Recolha de efluentes – Prazo de prescrição – **11**, p. 134 (434).

Freguesia – Incompetência em razão da matéria – **02**, p. 119 (125).

Freguesia – Suspensão de eficácia – Rejeição liminar – **00**, p. 138 (24).

Gravação da prova – Lei dos solos – **02**, p. 117 (121).

Honorários – Pagamento – **21**, p. 136 (829).

Horário de trabalho – Poderes de cognição – Serviços – Funcionamento – Trabalho extraordinário – **08**, p. 124 (323).

Ilegalidade de normas – Regulamento municipal – Estacionamento na via pública – Contraordenação – **18**, p. 146 (693).

Impugnação de normas – Redução – Horário de funcionamento – **23**, p. 118 (911).

Incompetência relativa – Princípio do aproveitamento do ato – Proibição da prática de atos inúteis – Licença de utilização – Pressupostos – **05**, p. 122 (243).

Inelegibilidade – Falência – Insolvência – Perda de mandato – **05**, p. 122 (242).

Informação prévia – Nulidade – Dano – Advogado em causa própria – Lucro cessante – **03**, p. 118 (172).

Intimação para consulta de documentos – Concurso – **17**, p. 112 (656).

Intimação para consulta de documentos – Documento administrativo – Empresa pública – Agrupamento complementar de empresas – **07**, p. 109 (292).

Junção de pareceres – Regime comercial – Farmácias – **20**, p. 153 (792).

Jurisdição administrativa – Competência em razão da matéria – Proteção civil – **01**, p. 123 (79).

Juros legais – Contrato – Fornecimento de água – **08**, p. 124 (324).

Legalização de construção – Bens comuns do casal – Indeferimento – Interessado – Notificação – Prazo de interposição – Ação – **11**, p. 132 (430).

Legitimidade ativa – Contencioso pré-contratual – **00**, p. 137 (22).

Licença de construção – Caducidade – Condição resolutiva – Nulidade – Princípio da boa-fé – **16**, p. 115 (627).

Licença de construção – Edificação dispersa – Razões ponderosas – **11**, p. 133 (432).

Licença de longa duração – Regresso à atividade – Vaga – **19**, p. 111 (741).

Licenciamento – Violação do plano diretor municipal – Zona protegida – Nulidade – **02**, p. 121 (127).

Licenciamento de construção – Obra de Beneficiação – **04**, p. 110 (205).

Licenciamento de construção – Posto de abastecimento de combustíveis – **02**, p. 118 (124).

Licenciamento de obras – Trabalhos necessários – **08**, p. 122 (320).

- Licenciamento de construção – Violação do plano diretor municipal – Ónus de prova – **22**, p. 110 (870).
- Loteamento – Caducidade – Alvará – **11**, p. 134 (433).
- Loteamento – Estrada nacional – Parecer – Aprovação – **00**, p. 135 (18).
- Loteamento – Princípio da separação dos poderes – **07**, p. 111 (295).
- Loteamento – Terreno – **08**, p. 121 (319).
- Nulidade do licenciamento – Execução de julgado – Demolição – Estado de Direito – **23**, p. 116 (908).
- Obras – Enriquecimento sem causa – Prescrição – Custo – Câmara municipal – **09**, p. 148 (349).
- Obras – Imóvel – Compropriedade – Cobrança – Prescrição – Audiência prévia – **19**, p. 108 (737).
- Obras de escavação – Responsabilidade civil – Município – **21**, p. 135 (827).
- Omissão de norma regulamentar – Decreto regulamentar – Lei geral – Função pública – **22**, p. 109 (869).
- Operação de loteamento – Reserva Agrícola Nacional – Índice de construção bruto – **05**, p. 120 (239).
- Orçamento geral do Estado – Regiões autónomas – Finanças locais – **00**, p. 139 (28).
- Pedido – Intimação – Informação – Acesso – Terceiro – **20**, p. 154 (793).
- Perda de mandato – **13**, p. 120 (507) e p. 122 (510).
- Perda de mandato – Vantagem patrimonial – **12**, p. 96 (471).
- Plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais – Dever de indemnizar – Pressupostos – **05**, p. 120 (238).
- Plano de pormenor – Expropriação por utilidade pública – Declaração de utilidade pública – **18**, p. 147 (694).
- Plenário – Conflito negativo de competência – Prédio devoluto – **14**, p. 140 (548).
- Posto de abastecimento de combustíveis – Competência – Fiscalização de obras – **12**, p. 95 (469).
- Posto de abastecimento de combustíveis – Fiscalização – Obras – **12**, p. 97 (473).
- Posto de abastecimento de combustíveis – Licenciamento – Fiscalização – **10**, p. 106 (382).
- Preço anormalmente baixo – Fundamentação – Júri – Princípio da proporcionalidade – Interesse público – Princípio da concorrência – **16**, p. 112 (624).
- Preço anormalmente baixo – Preço consideravelmente superior ao preço base – Programa do concurso – **18**, p. 145 (691).
- Prescrição – Contrato de concessão – Fornecimento de água – **09**, p. 147 (348).
- Procedimento – Injunção – Jurisdição administrativa – **11**, p. 129 (426).

- Procedimento cautelar de formação contratos – Incidente na declaração de ineficácia de atos de execução – Art. 128.º do CPTA – **01**, p. 121 (75).
- Proposta – Assinatura – Formalidade essencial – Degradação em formalidade não essencial – **21**, p. 138 (832).
- Providência cautelar de suspensão de eficácia – Rejeição – Competência dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Procedimento – **00**, p. 138 (25).
- Questão fiscal – Competência em razão matéria – Tribunais tributários – Tribunais administrativos – Instalação ramal de saneamento – Tarifa – Taxa – **01**, p. 122 (77).
- Receção definitiva de obras de urbanização – Loteamento – Deficiências de execução – Extinção de caução – **01**, p. 120 (74).
- Recurso contencioso – Domínio público hídrico – Licenciamento de construção – Legitimidade – Propriedade privada – Plano de Ordenamento da Orla Costeira – **21**, p. 136 (830).
- Recurso de decisão arbitral – Tribunais administrativos – Recorribilidade – **23**, p. 116 (907).
- Recurso de revisão – Legitimidade – Condomínio – **23**, p. 119 (912).
- Recurso de revista excecional – Contencioso eleitoral – Prazo – Deliberação – Autarquia local – Órgão autárquico – Admissão do recurso – **03**, p. 121 (174).
- Recurso hierárquico facultativo – Prazo de interposição – **15**, p. 139 (588).
- Recurso para uniformização de jurisprudência – Junta de freguesia – Isenção de custas – **02**, p. 115 (119).
- Regulamento – Plano diretor municipal – PROT do Algarve – **15**, p. 140 (590).
- Regulamento do plano diretor municipal – Regime excecional – Falta de fundamentação – **08**, p. 122 (321).
- Reprivatização de bens nacionalizados – Princípio da proteção da confiança – Princípio da boa-fé – Princípio da legalidade – Princípio da proporcionalidade – Princípio da participação – Princípio da autonomia das autarquias – **13**, p. 119 (506).
- Responsabilidade civil – Município – Domínio público – **21**, p. 136 (828).
- Responsabilidade civil extracontratual – Facto ilícito – Acidente de viação – Falta de sinalização – Presunção de culpa – Nexo de causalidade – Dano – **18**, p. 148 (696).
- Responsabilidade civil – Facto ilícito – Nexo de causalidade – **04**, p. 111 (207).
- Responsabilidade civil extracontratual – **02**, p. 125 (134).
- Responsabilidade civil extracontratual – Acidente escolar – Presunção de culpa – Ilícitude – **20**, p. 152 (791).
- Responsabilidade civil extracontratual – Ato lícito – Ato ilícito – Dano especial e anormal – **06**, p. 132 (268).
- Responsabilidade civil extracontratual – Culpa – Nexo de causalidade – **14**, p. 140 (549).
- Responsabilidade civil extracontratual – Embargo – Ato ilícito – Dano indemnizável – Nexo de causalidade – **15**, p. 140 (795).

- Responsabilidade civil extracontratual – Seguradora – Sub-rogação – Prazo de prescrição – **20**, p. 156 (591).
- Responsabilidade extracontratual – Ilícitude – Culpa – **14**, p. 138 (546).
- Responsabilidade civil extracontratual – Nexos de causalidade – **00**, p. 139 (26).
- Responsabilidade civil extracontratual – Pedido de informação prévia sobre construção – Nexos de causalidade – **06**, p. 131 (267).
- Responsabilidade civil extracontratual – Prescrição do direito de indemnização – Início do prazo de prescrição – Interrupção da prescrição – Ato – Ordem de demolição – Posse – **02**, p. 122 (130).
- Responsabilidade civil extracontratual dos entes públicos – Autarquia local – Dever de sinalização – Acidente de viação – Seguradora – Concorrência de culpas – Responsabilidade solidária – **02**, p. 114 (118).
- Responsabilidade contratual – Transação – Dação em cumprimento – **02**, p. 119 (126).
- Responsabilidade extracontratual – Alteração da matéria de facto – Competência da câmara municipal – **02**, p. 118 (123).
- Responsabilidade pré-contratual – Indemnização – Lucro cessante – **10**, p. 103 (377).
- Subsídio de desemprego – Acidente de trabalho – Indemnização – **23**, p. 117 (909).
- Subsídio de desemprego – Prestação inicial de desemprego – **21**, p. 139 (833).
- Subvenção – Eleições autárquicas – Lei interpretativa – **14**, p. 141 (550).
- Suspensão de eficácia – Ato normativo – Incompetência do Supremo Tribunal Administrativo – Intervenção de terceiro – Intervenção espontânea – **05**, p. 118 (235).
- Suspensão de eficácia – Direito à habitação – Ordem de demolição – **02**, p. 122 (129).
- Suspensão de eficácia – Requisitos – **04**, p. 109 (204).
- Trabalho extraordinário – Trabalho – Descanso semanal – **02**, p. 124 (132).
- Tribunal arbitral – Aplicação da lei no tempo – Lei da arbitragem voluntária – Recurso – Decisão – Renúncia ao recurso – **11**, p. 128 (425).
- Tribunal de Contas – Auditoria – Incompetência material – **13**, p. 122 (511).
- Tribunal de Contas – Relatório – Auditoria – Incompetência em razão da matéria – Jurisdição administrativa – **11**, p. 130 (427).
- Urbanização – Obra clandestina – Legalização – Falta de fundamentação – **04**, p. 110 (206).
- Uniformização de Jurisprudência – RGEU – **11**, p. 133 (431).

E) TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

- Abono para falhas – Polícia municipal – **18**, p. 152 (703).

- Ação administrativa comum – **13**, p. 124 (513).
- Ação administrativa especial – Demolição de construção – **22**, p. 118 (879).
- Ação administrativa especial – Regime Jurídico do Património Imobiliário Público – Erro na formação da vontade – **14**, p. 147 (560).
- Ação administrativa especial – Urbanismo – Ordem de demolição – Fundamentação do ato – Obras de ampliação – **23**, p. 126 (921).
- Ação de anulação de acórdão arbitral em simultâneo com a interposição de recurso – Litispendência – **21**, p. 147 (842).
- Ação de indemnização – Cláusula penal – Município de Felgueiras – **18**, p. 153 (705).
- Ação de responsabilidade civil extracontratual – Acumulação de água na via pública – **03**, p. 123 (177).
- Ação pré-contratual – Limpeza urbana – **14**, p. 147 (559).
- Ação popular – Legitimidade – **11**, p. 139 (442).
- Ação popular – Legitimidade – Empresa construção civil – Violação do Plano Diretor Municipal – **10**, p. 112 (392).
- Acidente de viação – Fixação do montante indemnizatório – Danos patrimoniais e não patrimoniais – **22**, p. 117 (876).
- Acidente de viação – Queda de árvore do município – Presunção de culpa – Ónus de prova do cumprimento do dever de vigilância – Art. 493.º, n.º 1, do Código Civil – Indemnização – Equidade – Imobilização de veículo pesado – **12**, p. 102 (483).
- Acidentes em serviço dos trabalhadores que exercem funções públicas – Incapacidade parcial permanente – Reembolso de despesas médicas com tratamentos termais e outros – Caixa Geral de Aposentações – Arts. 5.º, n.º 1, e 34.º, n.ºs 1 e 4, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro – **14**, p. 146 (558).
- Alteração de traçado de caminho – Natureza pública ou privada de terreno – **18**, p. 152 (702).
- Alteração do título constitutivo de propriedade horizontal – Licença de utilização – **17**, p. 116 (663).
- Alteração de uso de propriedade horizontal – Título constitutivo de propriedade horizontal – **21**, p. 147 (843).
- Alteração matéria de facto – Trabalhos a mais – Causalidade adequada – **15**, p. 142 (594).
- Arbitragem – Águas – **07**, p. 117 (304).
- Arrendamento rural – Legitimidade – Denúncia de contrato – **17**, p. 115 (661).
- Arrendamento social – Despejo – Caducidade – **19**, p. 117 (750).
- Assembleia de freguesia – Destituição da mesa – **09**, p. 152 (356).
- Ato de execução – Inimpugnabilidade – **10**, p. 107 (384).
- Ato executório – Despejo administrativo – **00**, p. 149 (40).
- Audiência prévia – **11**, p. 141 (445).

- Autovinculação – PDM – Espaço agrícola – Demolição – **10**, p. 108 (385).
- Avaliação de desempenho – SIADAP – Caducidade – **22**, p. 117 (878).
- Baldios – Compartes – Conselho diretivo – Personalidade e capacidade judiciárias – Arguição de falsidade da ata da reunião da assembleia de compartes que elegeu e manditou para a ação o autor, conselho diretivo – N.º 3 do art. 1.º da Lei dos Baldios – **13**, p. 125 (515).
- Bombeiros – Horas extraordinárias – Descanso compensatório – **14**, p. 143 (553).
- Caducidade – Aplicação do novo CPTA – Contagem do prazo de impugnação – **19**, p. 115 (748).
- Caducidade – Projeto de arquitetura – Demolição de moradia – Art. 106.º, n.º 2, do RJUE – **03**, p. 122 (176).
- Caso julgado – Autoridade do caso julgado – Inexistência de violação de caso julgado – **24**, p. 125 (920).
- Cedência de interesse público – Direito privado laboral – Arts. 3.º, 102.º e 118.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e 174.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – **23**, p. 122 (916).
- Cedência de interesse público – Transição *ope legis* de trabalhadores em mobilidade à data da entrada em vigor da LVCR – Direito de regresso – **12**, p. 100 (477).
- Cemitério de Agramonte – Jagizo-capela – **20**, p. 157 (797).
- “Certidão” emitida para os efeitos do disposto no art. 4.º, n.º 5, da Lei n.º 11/2011, de 26 de abril – Ato impugnável – **14**, p. 145 (557).
- Competência material dos tribunais administrativos – **07**, p. 116 (302).
- Concessão – Sistemas multimunicipais de abastecimento de águas e saneamento – Dívidas – Prescrição – Natureza e início do prazo – Contraditório – **16**, p. 117 (629).
- Concurso – Prestação de serviços – Impossibilidade de avaliação das propostas – Discricionariedade – **20**, p. 158 (798).
- Concurso – Procedimento – Transferência da posição entre duas empresas – Ação pré-contratual – Contrainteressada – Litisconsórcio necessário – Legitimidade – Interesse em agir – Interesses difusos – Arts. 9.º, n.º 2, e 55.º, n.º 2, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos – Caducidade – Nulidade processual – Competência para o julgamento – Juiz singular – Juiz coletivo – Art. 40.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro – Princípio da plenitude da assistência do juiz – Art. 605.º do Código de Processo Civil de 2013 – Proibição de atos inúteis (art. 137.º do Código de Processo Civil de 2009) – **21**, p. 141 (836).
- Concurso externo de ingresso – Técnico superior estagiário – Princípio da divulgação atempada – Imparcialidade – **19**, p. 115 (747).
- Concursos de pessoal – nulidade – **15**, p. 146 (597).
- Construção sem licença municipal – Demolição – **10**, p. 113 (394).

- Contencioso pré-contratual – Documentos confidenciais – Irregularidade formal – **21**, p. 148 (844).
- Contencioso pré-contratual – Incidente de levantamento de efeito suspensivo automático – Ponderação de interesses – **15**, p. 146 (598).
- Contencioso pré-contratual – Poderes para a representação em contratação eletrónica – Art. 57.º, n.º 4, do CCP – **15**, p. 148 (600).
- Contencioso pré-contratual – Preço anormalmente baixo – Princípio da intangibilidade das propostas – **20**, p. 156 (796).
- Contrato administrativo – Concessão de exploração teatro municipal – Procedimento pré-contratual – **10**, p. 114 (396).
- Contrato de arrendamento apoiado – Forma escrita – Assinatura – Formalidade essencial – Art. 364.º, n.º 1, do Código Civil – Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro (Regime do Arrendamento Urbano) – Suspensão da eficácia do ato de despejo – *Fumus boni iuris* – Art. 120.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos – **23**, p. 124 (919).
- Contrato de arrendamento apoiado – Resolução – Despejo – Uso do locado para o tráfico de droga – **22**, p. 114 (875).
- Contrato de cessão financeira (*factoring*) – **04**, p. 113 (211).
- Contrato de concessão – Abastecimento de águas – Prescrição da dívida – **15**, p. 147 (599).
- Contrato de trabalho a prazo – Lei n.º 23/2004, de 22 de junho – Nulidade – **17**, p. 116 (662).
- Contrato de trabalho a termo resolutivo certo – Irrenovabilidade – Caducidade – Direito à compensação – Art. 252.º, n.º 3, do RCTFP – **04**, p. 112 (210).
- Controle público da riqueza dos titulares de altos cargos públicos – Declaração de rendimentos, património e cargos sociais – Inibição temporária para o exercício de cargos políticos e equiparados e titulares de altos cargos públicos – **16**, p. 117 (630).
- Criação, modificação ou extinção de freguesias – Limites territoriais – Competência dos tribunais administrativos – **09**, p. 149 (351).
- Declaração de rendimentos – Inibição para exercício de cargos públicos – **14**, p. 143 (554).
- Défice orçamental excessivo das autarquias – Retenção de transferências – Lei de Enquadramento Orçamental – **08**, p. 128 (331).
- Demolição – Licença de utilização – **19**, p. 117 (749).
- Direito de acesso à via pública – Caminhos municipais – **13**, p. 125 (514).
- Disciplinar – Período eleitoral – **10**, p. 112 (393).
- Eleitos Locais – Apoio em processos judiciais – **12**, p. 101 (480).
- Empreitada – Matéria de facto dada como provada – Receção definitiva tácita da obra – **16**, p. 120 (633).
- Empreitada – Subempreitada – Direito de retenção – Contrato de *factoring* – **16**, p. 116 (628).
- Empreitada de obras públicas – **05**, p. 125 (247).

- Erros da matéria de facto – Incentivo à fixação na periferia – Atribuição de casa – **17**, p. 114 (659).
- Espaço agrícola não prioritário – Moradia unifamiliar – **01**, p. 129 (86).
- Estação de radiocomunicações – Deferimento tácito – Audiência prévia proactiva – **21**, p. 144 (839).
- Estatuto Disciplinar, Lei n.º 58/2008 – Fundamentação – Proporcionalidade – **05**, p. 125 (249).
- Estatuto Disciplinar, Lei n.º 58/2008 – Pena de demissão – **05**, p. 124 (246).
- Execução de julgado – Demolição – **00**, p. 150 (41).
- Expropriação – Reversão – Obra contínua – **17**, p. 117 (664).
- Fornecimento de água e recolha e tratamento de efluentes – Prescrição extintiva – **18**, p. 154 (706).
- Freguesia – Delimitação – **11**, p. 135 (436).
- Freguesias – Delimitação – Cartografia – **10**, p. 111 (390).
- Habitação social – **10**, p. 108 (386).
- Impugnabilidade de ato administrativo – Ato confirmativo – Ato de execução – Ato constitutivo de direitos – Ato revogatório – Revogação ilegal – **00**, p. 141 (30).
- Impugnação de eleição de membros de junta de freguesia – Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias – Contencioso eleitoral – Erro da forma de processo – Convolação – Caducidade de direito de ação – **02**, p. 129 (140).
- Incompetência do tribunal em razão da matéria – **02**, p. 130 (141).
- Incompetência material – Urbanismo – Demolição – Atos de execução – **21**, p. 142 (837).
- Indeferimento liminar de requerimento cautelar – Art. 116.º, n.º 2, alínea f), do CPTA – “Inoperacionalidade” de declaração de oposição à renovação de contrato de concessão – Suspensão de novo procedimento pré-contratual – **15**, p. 144 (595).
- Indemnização de custos de suspensão e execução da empreitada – Art. 282.º do Código dos Contratos Públicos – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato – **03**, p. 123 (178).
- Inexecução julgado anulatório – Concurso – Aposentação – Indemnização – **10**, p. 113 (395).
- Inimpugnabilidade de um ato – Ato confirmativo – **02**, p. 126 (136).
- Intimação de obras coercivas – Providência cautelar – **18**, p. 151 (701).
- Intimação para a prática de ato devido – Erro na forma do processo – RJUE – Convolação – **22**, p. 112 (873).
- Intimação para emissão de alvará de licença de utilização – Art. 113.º do RJUE – Prazo de dedução – Objeto – Deferimento tácito – Revogação – **00**, p. 146 (36).
- Intimação para passagem de certidão – **08**, p. 127 (330).
- Intimação para passagem de certidão – RJUE – **17**, p. 115 (660).
- Ius aedificandi* – Direito de propriedade – Reserva agrícola nacional – **09**, p. 151 (355).

Julgamento da matéria de facto – Erro notório – Empreitada de obra pública – Defeitos na obra – Denúncia – Verificação dos defeitos – Vistoria – Art. 198.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de dezembro – **21**, p. 140 (835).

Legitimidade ativa – Procedimento cautelar – Associação de feirantes – **02**, p. 127 (137).

Legitimidade ativa impugnatória (n.º 2 do art. 55.º do CPTA) – Ação popular corretiva – Ação popular destinada à defesa de interesses difusos – **18**, p. 153 (704).

Lei n.º 53/2014 – Recuperação financeira municipal – **16**, p. 120 (634).

Levantamento do efeito suspensivo – Art. 103.º-A do Código de Processo nos Tribunais Administrativos – **12**, p. 104 (485).

Liberdade de imprensa – Estatuto do Jornalista – Estatuto dos Eleitos Locais – Exercício simultâneo de funções – Membro de assembleia de freguesia – Jornalista – Imprensa local – Incompatibilidade – Conflito de interesses – Ética e deontologia – **16**, p. 119 (632).

Licença sem vencimento de longa duração – **05**, p. 125 (248).

Licenciamento – Obra particular – Estética urbana – **10**, p. 109 (388).

Licenciamento de obras – Condomínio – Legitimidade – Art. 20.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro – Ato consequente – Ato nulo – Ato anulável – Alínea i) do n.º 2 do art. 133.º do Código do Procedimento Administrativo (de 1991) – **12**, p. 103 (484).

Licenciamento urbanístico – Alteração da matéria de facto – Legitimidade – **23**, p. 121 (915).

Ligação de edifícios à rede de drenagem pública – Obrigatoriedade – Ramais de ligação – **00**, p. 143 (33).

Limites de freguesias – Alteração da matéria de facto – Inconstitucionalidades – **13**, p. 123 (512).

Loteamento – **05**, p. 126 (250).

Loteamento – Partes de terreno – **01**, p. 129 (88).

Loteamento – Plano diretor municipal – Plano de urbanização – Nulidade do licenciamento – **09**, p. 151 (354).

Modificação objetiva do contrato – Equilíbrio financeiro – **01**, p. 128 (84).

Município – Ordem de demolição – **18**, p. 150 (699).

Nulidade – Anulabilidade – Atos administrativos – **10**, p. 110 (389).

Ocupação ilícita – Enriquecimento sem causa – Danos não patrimoniais – **07**, p. 114 (299).

Ordem de demolição – Muro – Loteamento – **23**, p. 121 (914).

Pagamento de subsídios – Efetividade de funções – Grau de incapacidade – **19**, p. 119 (753).

Parecer/proposta da UTRAT – Competência da jurisdição administrativa – **00**, p. 147 (37).

Parque de campismo – Suspensão da cassação de licença – **07**, p. 115 (301).

Parque infantil – Responsabilidade civil – **08**, p. 126 (327).

- PDM – Armazém – **07**, p. 114 (298).
- PDM – Perda de valor edificativo – Indemnização – RJIGT – **15**, p. 145 (596).
- Pedido de suspensão da eficácia – Ato de licenciamento – Art. 128.º do CPTA – **06**, p. 134 (272).
- Pena de inatividade – Conversão automática em pena de suspensão pelo seu limite máximo – Recurso hierárquico – Concelho de administração dos serviços de águas e saneamento – Município – Executivo camarário – N.º 5 do art. 4.º da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro; N.ºs 4 e 6 do art. 75.º do Estatuto Disciplinar aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de janeiro – **19**, p. 114 (746).
- Perda de mandato – **00**, p. 152 (43) e **12**, p. 102 (481).
- Perda de mandato – Eleitos locais – União de freguesias – **14**, p. 142 (552).
- Personalidade judiciária – CCDR – **00**, p. 149 (39).
- Plano urbanístico – Legalidade administrativa – Autovinculação administrativa – **01**, p. 131 (91).
- Pré-contratual – Concorrência – Caderno de encargos – **20**, p. 159 (801).
- Pré-contratual – Desconto financeiro – Aspeto subtraído à concorrência – **11**, p. 135 (437).
- Princípio *tempus regit actum* – Construção em banda ou geminada – **07**, p. 113 (297).
- Procedimento disciplinar – Prazos – **12**, p. 99 (475).
- Procedimento disciplinar – Prescrição – Dirigente máximo do serviço – Falta de fundamentação – Dever de zelo – **12**, p. 98 (474).
- Procedimento pré-contratual – Empreitada de obras públicas – Modelo de avaliação das propostas – Arts. 132.º, n.º 1, alínea n), e 139.º do Código dos Contratos Públicos – Falta de fundamentação – **22**, p. 113 (874).
- Processo disciplinar – Notificação para a inquirição de testemunhas – Direito de defesa – Nulidade insuprível – **22**, p. 119 (880).
- Processo disciplinar – Prescrição – **21**, p. 145 (840).
- Processo disciplinar – Prescrição – Faltas injustificadas – **21**, p. 143 (838).
- Providência cautelar – **13**, p. 126 (516).
- Providência cautelar – Embargo de obra nova – **11**, p. 140 (443).
- Providência cautelar – Obras não licenciadas – Alteração dos factos provados – **16**, p. 118 (631).
- Ponderação – Proporcionalidade – Nulidade – Parecer vinculativo – **01**, p. 130 (90).
- Posse administrativa – Demolição – Cessação de utilização – **08**, p. 126 (328).
- Postos de abastecimento de combustíveis – Publicidade – Bom funcionamento – **01**, p. 130 (89).
- Procedimento cautelar de suspensão de eficácia – *Fumus boni iuris* – Art. 120.º, n.º 1, alínea b), do CPTA – *Periculum in mora* – **02**, p. 128 (139).

- Procedimento disciplinar – Prescrição – Dirigente máximo de serviço – Dever de zelo – **00**, p. 148 (38).
- Processo disciplinar – Erro nos pressupostos de facto – Juros de mora – **00**, p. 144 (34).
- Processo disciplinar – Suspensão do exercício de funções – Declarações de coarguido – **03**, p. 122 (175).
- Processo disciplinar – Suspensão preventiva – Boa-fé – **08**, p. 127 (329).
- Projetos de especialidades – Projeto de arquitetura – **01**, p. 128 (85).
- Providência cautelar – Pedido de realização de obras – Pedido de condenação a pagar indemnização provisória – Município – *Periculum in mora* – **19**, p. 118 (752).
- Providência cautelar – Suspensão da eficácia – Produção de ruído – *Fumus boni juris* – **20**, p. 159 (800).
- Providência cautelar antecipatória – Improbabilidade do êxito da ação – **11**, p. 137 (439).
- Providência cautelar antecipatória – Ruído – **06**, p. 134 (271).
- Questão fiscal – Competência em razão da matéria – Tribunais tributários – Tribunais administrativos – Instalação de ramal de saneamento – Tarifa – Taxa – **00**, p. 151 (42).
- Recrutamento dos cargos de direção intermédia de 1.º grau – Experiência profissional – Exigência de licenciatura – **17**, p. 113 (658).
- Regime Geral das Edificações Urbanas – Princípio da proporcionalidade – **06**, p. 133 (270).
- REN – Licenciamento – Ampliação e alteração uso – **10**, p. 111 (391).
- Reserva ecológica nacional – Ria do Alvor – **01**, p. 129 (87).
- Resolução fundamentada – Atos de execução indevida – Acionamento de garantias bancárias – **14**, p. 145 (556).
- Responsabilidade – Acidente – Gravilha – Condenação para além do pedido – **23**, p. 124 (918).
- Responsabilidade – Prescrição – Dano e nexos de causalidade – **19**, p. 118 (751).
- Responsabilidade – Via municipal – Vigilância – **21**, p. 146 (841).
- Responsabilidade – Violação das prescrições de loteamento – Ilícitude – **08**, p. 125 (326).
- Responsabilidade civil – Indemnização por critérios de equidade – **09**, p. 153 (357).
- Responsabilidade civil extracontratual – Danos não patrimoniais – **09**, p. 150 (353).
- Responsabilidade civil extracontratual – Feira de março – **18**, p. 150 (700).
- Responsabilidade civil extracontratual – Imposição de obras – Derrocada – **11**, p. 136 (438).
- Responsabilidade civil extracontratual – Queda em arruamento – **09**, p. 153 (358).
- Responsabilidade civil extracontratual – Reconstituição natural – Danos não patrimoniais – **09**, p. 149 (352).
- Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Culpa – **10**, p. 109 (387).

- Responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito – Canídeo na via – Culpa – Nexo causal – **21**, p. 139 (834).
- Responsabilidade civil do município – Indemnização por danos não patrimoniais – **05**, p. 123 (244).
- Responsabilidade civil do município – Interpretação de declaração – Cláusula penal manifestamente excessiva – Fixação de indemnização – **00**, p. 144 (35).
- Responsabilidade civil extracontratual – Acidente – Mergulho – **02**, p. 125 (135).
- Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Corte de via ao trânsito – Bloco de cimento – Concorrência de culpas – **08**, p. 129 (333).
- Responsabilidade civil extracontratual – Ataque de lobo ibérico – Lei n.º 90/88 – Decreto-Lei n.º 139/90 – **00**, p. 142 (32).
- Responsabilidade civil extracontratual – Indemnização – **08**, p. 125 (325).
- Responsabilidade civil extracontratual – Tampa de saneamento – **11**, p. 138 (441).
- Responsabilidade extracontratual – Acidente de viação – Tampa de saneamento – **00**, p. 142 (31).
- Revogação implícita – Demolição de obra – Pedido de legalização indeferido – **04**, p. 112 (209).
- RJUE – Cércea – Usos – Emparcelamento – Titularidade de licença sob condição – **01**, p. 131 (92).
- Saneador/sentença – Construção em terreno alheio – Fixação da matéria de facto – **14**, p. 144 (555).
- Seguro desportivo obrigatório – **07**, p. 116 (303).
- SIADAP – **12**, p. 102 (482).
- Sistemas multimunicipais – Prescrição – **07**, p. 115 (300).
- Submissão eletrónica da proposta – Recibo de receção – **08**, p. 129 (332).
- Sub-rogação – Prescrição – **10**, p. 115 (397).
- Suspensão de eficácia – Despacho de aperfeiçoamento – **05**, p. 124 (245).
- Suspensão da eficácia – *Periculum in mora* – Embargo condicionado pela apresentação de requerimento para legalização de obras – Primeira parte do n.º 1 do art. 120.º do CPTA – **20**, p. 158 (799).
- Suspensão de execução – Evidência da pretensão – Facto consumado – Venda em hasta pública de lotes para zona industrial – Avaliação de impacto ambiental – Ponderação de interesses – Interesse público – **00**, p. 140 (29).
- Trabalhadores da administração local – Greve – Trabalho por turnos – Trabalho suplementar – Trabalho extraordinário – Remuneração – **17**, p. 113 (657).
- Urbanismo – Aditamento – Deferimento tácito – **17**, p. 118 (665).
- Urbanismo – Área de implantação – **07**, p. 117 (305).

- Urbanismo – Edificação realizada em espaço público – Esplanada – **12**, p. 99 (476).
- Urbanismo – Julgamento da matéria de facto – **12**, p. 101 (479).
- Urbanismo – Licenciamento – Pisos – **11**, p. 141 (444).
- Urbanismo – Licenciamento ilegal – Nulidade – Art. 69.º, n.º 4, do RJUE – Caducidade do direito de ação – Legalização de obra – **02**, p. 127 (138).
- Urbanismo – Lote em terreno alheio – Ónus da prova – **18**, p. 150 (698).
- Urbanismo – Muro de vedação – Demolição – **13**, p. 126 (517).
- Urbanismo – Propriedade horizontal – **06**, p. 133 (269).
- Urbanismo – Reserva Ecológica Nacional – **11**, p. 138 (440).
- Urbanismo – Superfície de pavimento – Varandas – **12**, p. 100 (478).
- Violação do dever de informar no contrato de compra e vende de um terreno da câmara municipal – Responsabilidade contratual – Responsabilidade extracontratual por facto ilícito – Art. 309.º do Código Civil – Art. 498.º do mesmo diploma – **23**, p. 123 (917).

F) TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

- Ação do contencioso pré-contratual – Natureza, adequação e limites de aplicação – **18**, p. 163 (714).
- Ação popular – Legitimidade ativa – Interesses difusos – **02**, p. 131 (143).
- Ação popular – Legitimidade ativa – Legalidade urbanística – **19**, p. 125 (760).
- Acordo de Colaboração – Incumprimento – Juros de mora – **13**, p. 127 (519).
- Alargamento do horário de trabalho – 40 horas semanais – Cumulação de impugnações – Indeferimento liminar da providência – **02**, p. 137 (148).
- Alojamento local – Registo – Alvará de utilização – **23**, p. 130 (926).
- Antecedência na convocatória para assembleia municipal – Art. 49.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro – Datas da entrega efetiva das convocatórias – Falta injustificada – Exigência de um juízo de censura – **19**, p. 122 (757).
- Aprovação do projeto de arquitetura – Ato constitutivo de direitos – Responsabilidade civil extracontratual – **14**, p. 149 (563).
- Assembleias distritais – Falta de personalidade e capacidade judiciárias – Lei n.º 36/2014, de 26 de junho – **06**, p. 136 (274).
- Aumento do período normal de trabalho – Ato normativo – Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto – Suspensão de eficácia de norma imediatamente operativa – Interesse em agir – Sindicato em representação de associados – Identificação dos lesados – **02**, p. 141 (151).

- Autorização de utilização de meio processual adequado – **23**, p. 131 (928).
- Autotutela executiva – Suspensão de abastecimento de água – Ato devido – **15**, p. 150 (602).
- Autovinculação da Administração Pública – **15**, p. 151 (603).
- Bombeiros – Estágio – Revogação – Limites da margem de livre decisão – **06**, p. 136 (275).
- Caducidade do direito de ação – Reclassificação de trabalhador – Corpo Municipal de Salvação Pública do Funchal – **22**, p. 122 (884).
- Causa prejudicial – Suspensão da instância – **03**, p. 131 (188).
- Cércea – Plano diretor municipal – Demolição – **23**, p. 132 (929).
- Cércea adequada ao conjunto – Morfologia e volumetria da envolvente – Discricionariedade técnica – **17**, p. 121 (668).
- Cessação de arrendamento – Alternativa habitacional – Sucessão de leis – Princípio *tempus regit actum* – **18**, p. 162 (713).
- Coimas – Urbanismo – Execução – Competência material – **19**, p. 128 (762).
- Competência – Jurisdição – Ato político – Ato administrativo – **05**, p. 128 (254).
- Concurso – Gestão de resíduos – Alvará de operador – Adjudicação – **10**, p. 116 (398).
- Concurso público com publicidade internacional – Anúncios – Alteração das peças do procedimento – Publicidade das alterações – Requisitos dos anúncios – **20**, p. 162 (803).
- Condenação no ato de adjudicação – Impossibilidade de avaliação da proposta – Critério de adjudicação do mais baixo preço – **11**, p. 147 (454).
- Conhecimento oficioso de causa de invalidade – Instrução procedimental – Falta de fundamentação de parecer – Reserva Agrícola Nacional – **18**, p. 156 (709).
- Conjuntos comerciais existentes – Expansão – Necessidade de autorização – Lei n.º 12/2004, de 30 de março – **23**, p. 127 (922).
- Contencioso eleitoral – Assembleia de freguesia – Eleição dos vogais da junta de freguesia – Quórum – **07**, p. 119 (308).
- Contencioso pré-contratual – Circunstâncias supervenientes – Exclusão de proposta – **22**, p. 123 (885).
- Contencioso pré-contratual – Critério de adjudicação do mais baixo preço – Documentos da proposta – **13**, p. 129 (521).
- Contencioso pré-contratual – Efeito suspensivo automático – Efeito do recurso – **13**, p. 128 (520).
- Contrainteressados – Litisconsórcio necessário passivo – Declaração de utilidade pública – Caminho público – Convite ao aperfeiçoamento – Absolvição da instância – **18**, p. 164 (715).
- Contrato – Matéria de facto controvertida – Intervenção principal provocada – **15**, p. 153 (606).
- Contratação pública – Setor especial da água – Reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça da União Europeia – **10**, p. 118 (401).

- Contrato de entrega, receção, recolha ou promoção dos resíduos – Nulidade decisória – Decretos-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, n.º 294/94, de 16 de novembro, e n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro – Restituição do indevido – **02**, p. 134 (145).
- Conversão em arrendamento da cedência gratuita – Decreto-Lei n.º 361/84, de 19 de novembro – **07**, p. 119 (307).
- Decisão de não adjudicar – Causa legítima de inexecução – Indemnização por direitos procedimentais – Art. 178.º, n.ºs 1 e 2, do CPTA – **08**, p. 132 (336).
- Declaração de nulidade de licenciamento – Execução de sentença – Atos de execução de indemnização – **23**, p. 128 (924).
- Declaração de utilidade pública – Caducidade – Indemnização – **18**, p. 166 (717).
- Decreto-Lei n.º 166/70 – Taxas urbanísticas – Condição potestativa – **04**, p. 115 (214).
- Demolição – Delegação de poderes – **00**, p. 155 (47).
- Demolição – Obra inacabada – **14**, p. 150 (564).
- Demolição – Ónus de legalização – **20**, p. 161 (802).
- Desafetação do domínio público – Reconversão urbanística – **03**, p. 132 (189).
- Determinação do posicionamento remuneratório – **12**, p. 106 (488).
- Dever de fundamentação – Concurso – Prova oral de conhecimentos – Carreira de fiscal municipal – Poderes discricionários – Art. 22.º, n.º 1, alíneas a) e b), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho – **03**, p. 130 (186).
- Direito à habitação – Art. 65.º da CRP – Desocupação de casa camarária – Encaminhamento prévio – **23**, p. 132 (930).
- Direito à retribuição do trabalho – Eleitos locais – Regime de meio tempo – Lei n.º 11/96 – Lei n.º 29/87 – Enriquecimento sem causa – **10**, p. 117 (400).
- Direito de audiência prévia – Caducidade do alvará de loteamento – Aproveitamento do ato – **02**, p. 131 (142).
- Discricionariedade de planificação – Requalificação do zonamento funcional – Arts. 71.º do RJIGT e 15.º da LBOTU – **04**, p. 114 (212).
- Dissolução de órgão autárquico – Causas de não aplicação das medidas tutelares – **00**, p. 156 (49).
- Domínio privado autárquico – Ato de cedência precária – Regime de direito público – Lacuna legal – Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto – **23**, p. 130 (927).
- Efluentes domésticos – Contrato administrativo – Nulidade do contrato – Relação contratual de facto de execução continuada – **09**, p. 157 (361).
- Empreitada – Regime de nulidade do contrato administrativo – Art. 185.º do Código do Procedimento Administrativo – Restituição do indevido – **02**, p. 136 (147).
- Empreitada por série de preços – Medição – Trabalhos a mais – Impugnação da matéria de facto – **04**, p. 114 (213).

- Empresa municipal – Interesse em agir – **07**, p. 121 (309).
- Entidades intermunicipais – Maioria exigível – **03**, p. 126 (183).
- Exclusão das propostas – Falsas declarações – Ónus da prova – Princípio do aproveitamento do ato – **18**, p. 154 (707).
- Exclusão de proposta – **11**, p. 145 (450).
- Execução – Efeitos putativos de ato nulo de demolição – Ónus da prova – Sanção pecuniária compulsória – **17**, p. 119 (667).
- Execução – Dever de fundamentação – Margem de livre decisão – **11**, p. 151 (458).
- Expropriação – Reversão – Litisconsórcio – **22**, p. 124 (886).
- Expropriação amigável – **20**, p. 165 (805).
- Horário específico de trabalho – Alteração – Ilegalidade manifesta – Art. 2.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto – **02**, p. 142 (152).
- Ilha da Culatra – Programa Polis Litoral – Domínio público – **15**, p. 149 (601).
- Ilícitude – Culpa – Ato administrativo ilegal – **13**, p. 130 (522).
- Imóvel em ruínas – IMI/2014 – Jurisdição tributária – **05**, p. 126 (251).
- Impugnação da matéria de facto – Programa especial de realojamento – **05**, p. 128 (255).
- Incompetência material – Contraordenação – Custas – **11**, p. 143 (447).
- Indemnização por rescisão contratual do empreiteiro – Adiamento do início dos trabalhos – Suspensão dos trabalhos – **18**, p. 158 (711).
- Injunção – Juros de mora legais – **05**, p. 127 (253).
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas – Medidas florestais na agricultura – Incumprimento – Modificação do contrato de concessão de ajudas – Reposição de verbas – **11**, p. 148 (455).
- Interesse em agir cautelar – Legitimidade procedimental urbanística e registal – Arts. 9.º, n.º 1, do RJUE e 9.º, n.º 1, do Código do Registo Predial – **05**, p. 127 (252).
- Intimação – Procedimento de expropriação – Adequação do meio processual – **18**, p. 157 (710).
- Intimação à prestação de informações – Atividade política – Atividade administrativa – Município – **00**, p. 153 (44).
- Intimação judicial para a prática de ato legalmente devido – **09**, p. 158 (362).
- Intimação para aditamento de alvará de loteamento – Deferimento tácito de reclamação – Oposição dos proprietários dos lotes – **22**, p. 121 (883).
- Inutilidade da lide por falta de acordo quanto à indemnização – Impossibilidade absoluta – Contencioso pré-contratual – **19**, p. 130 (764).
- Invalidez derivada do contrato – Transportes escolares – **08**, p. 130 (334).

- Juízo de ponderação – Direito ao comércio noturno – Direito à privacidade e ao descanso – **11**, p. 144 (448).
- Junção do processo administrativo – Inversão do ónus da prova do autor – Princípios da cooperação e boa-fé – Processo administrativo em procedimentos eletrónicos – Audiência do art. 102.º, n.º 5, do CPTA – Audiência final do art. 91.º do CPTA – Prova documental – Direito à prova – **18**, p. 160 (712).
- Legalidade urbanística – Auto de vistoria – Preservação de elementos de valor histórico de relevo – Impugnação do julgamento de facto – Despachos que não são de mero expediente – Reclamação para a conferência – **19**, p. 131 (765).
- Licenciamento – Ato nulo – Legalidade urbanística – Efeitos putativos – **17**, p. 124 (671).
- Licenciamento – Obra de ampliação – **14**, p. 148 (561).
- Limiar automático de anomalia – Leilão eletrónico – Nova audiência prévia – Liberdade de conformação do conteúdo contratual – Desvio de poder contratual – **08**, p. 131 (335).
- Loteamento – Obras de urbanização não executadas pelo promotor – Sub-rogação pelo terceiro adquirente – Reconvenção – Princípio do pedido – **17**, p. 118 (666).
- Mandado judicial para entrada no domicílio – Art. 95.º do RJUE – Vício de inconstitucionalidade orgânica – **22**, p. 120 (882).
- Marina de Vilamoura – Concessão de exploração de domínio público – Função administrativa – Poderes públicos – **19**, p. 121 (756).
- Mercado municipal – Bens do domínio privado municipal – **20**, p. 163 (804).
- Modificação territorial das autarquias locais – Ato jurídico-público no exercício da função política – Incompetência absoluta do tribunal – **00**, p. 155 (48).
- Mutações dominiais – Estradas nacionais/regionais – PRN/85 – **06**, p. 135 (273).
- (Não) violação do princípio da tutela jurisdicional efetiva – Nulidade da sentença – Omissão de pronúncia – Efeito suspensivo da ação administrativa especial dos atos previstos no art. 106.º do RJUE – **09**, p. 158 (363).
- Natureza tributária das compensações previstas no art. 44.º, n.º 4, do RJUE – Incompetência dos tribunais administrativos – Questão prejudicial – **00**, p. 154 (46).
- Obra coerciva – **03**, p. 125 (181).
- Obras de conservação – Discricionariedade – **03**, p. 124 (180).
- Obras de conservação e de escassa relevância urbanística – Isenção e dispensa de controlo municipal – **02**, p. 140 (150).
- Ónus de alegação – Regulamento do PDM/Lisboa – Conceitos vagos e indeterminados – Discricionariedade – Carta municipal do património edificado e paisagístico do RPDM/Lisboa – Demolição de imóvel – Valorização, conservação, restauro e reabilitação do edificado – **19**, p. 132 (766).
- Parque Nacional da Arrábida – Caducidade de demolição – **15**, p. 154 (607).

- Parque natural – Nulidade do licenciamento urbanístico – Parecer vinculativo – Atos do domínio privado – **19**, p. 124 (759).
- Parque Natural da Arrábida – Regulamento do Plano Diretor Municipal da Arrábida – Área rural inserida no Parque Natural da Arrábida – Área para-urbana – Parecer obrigatório e vinculante – **02**, p. 135 (146).
- Pedido condenatório – Portaria n.º 196-A/2001, 10 de março – Parecer camarário – Discricionariedade técnica – Despesas elegíveis – **17**, p. 123 (670).
- Perda de mandato – **11**, p. 146 (452).
- Perda de mandato – Ilegalidade da atuação – Princípios da proporcionalidade e da adequação – **06**, p. 137 (276).
- Perda de mandato – Impedimento – **11**, p. 145 (451).
- Plano diretor municipal – Art. 68.º, alínea a), do RJUE – Nulidade do ato – Aproveitamento do ato – **23**, p. 134 (932).
- Plano diretor municipal – Nulidade e anulabilidade – Caducidade do direito de ação – **00**, p. 154 (45).
- Planos municipais – Incompatibilidade – **03**, p. 131 (187).
- POLIS – Facto consumado – Demolição – Danos não patrimoniais – Ponderação de interesses – **09**, p. 155 (360).
- POOC de Vilamoura/Vila Real de Santo António – Única residência – Ónus de prova – *Fumus non malus iuris* em matéria administrativa – **09**, p. 154 (359).
- Posse administrativa – Audiência prévia – Dever de fundamentação – Comunicação prévia – **00**, p. 156 (50).
- Posto de abastecimento de combustível – Distância mínima de segurança área sensível – Regulamento de construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis – **23**, p. 133 (931).
- Posto de abastecimento de combustíveis – Estrada nacional – Fiscalização – Licenciamento – Publicidade – **07**, p. 118 (306).
- Prescrição – Medidas preventivas – Questão nova – Factos supervenientes – **03**, p. 127 (184).
- Pressupostos processuais – Interesse em agir – **11**, p. 152 (459).
- Processo cautelar – Indicação da ação principal – princípio pro actione – despacho de aperfeiçoamento – **22**, p. 119 (881).
- Processo cautelar – Instrumentalidade – Garantia bancária à primeira solicitação – Decreto-Lei n.º 190/2012 – **10**, p. 121 (403).
- Processo eleitoral – Princípio da impugnação unitária – Ato de homologação do ato eleitoral – **11**, p. 142 (446).
- Providência cautelar – Alargamento do horário de trabalho – Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto – **02**, p. 133 (144).
- Providência cautelar – Efeitos do recurso – *Fumus boni iuris* – **12**, p. 105 (486).

- Providência cautelar – *Fumus boni juris* – Direito social à habitação – **10**, p. 122 (404).
- Providência cautelar – Realojamento – **15**, p. 151 (604).
- Providência cautelar – Suspensão de eficácia de normas – Norma imediatamente operativa – **17**, p. 121 (669).
- Providência cautelar de suspensão de eficácia – Pena disciplinar – Despedimento – **12**, p. 105 (487).
- Recolha de efluentes domésticos – Nulidade do contrato – Juros de mora – **10**, p. 116 (399).
- Recusa de adjudicação – Decisão de adjudicação inoperante – Celebração do contrato na pendência da ação – **19**, p. 121 (755).
- Recusa de visto do Tribunal de Contas – Nulidade do contrato de empreitada – **02**, p. 139 (149).
- Regulamento municipal de horários – Estabelecimentos comerciais – Horário de funcionamento – Pressupostos para a redução – **07**, p. 121 (310).
- Requisitos das providências cautelares – Nulidade de sentença – Impugnação da decisão de facto – Exceção da aceitação do ato – **22**, p. 125 (887).
- Resguardo de poços – Art. 42.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 310/2002 – Dano de morte – **10**, p. 119 (402).
- Responsabilidade civil extracontratual – Culpa do lesado – **11**, p. 144 (449).
- Responsabilidade civil extracontratual – Demolição de construção – Falta de audiência prévia – Indemnização – Liquidação em execução de sentença – **11**, p. 149 (456).
- Responsabilidade civil extracontratual – Prescrição – **11**, p. 147 (453).
- Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Ónus de alegação e prova – Ilícitude – Emissão de licença de construção em área REN – Regulação superveniente da situação – Declaração de licença não caducidade – Consolidação do direito de edificação – Nexos de causalidade do quantum indemnizatório – **19**, p. 123 (758).
- Responsabilidade civil por enriquecimento sem causa prescrição – **18**, p. 165 (716).
- Responsabilidade civil por facto ilícito – Causa legítima de inexecução – **19**, p. 120 (754).
- Sanção pecuniária compulsória – **15**, p. 152 (605).
- Sanção pecuniária compulsória – Princípio do contraditório – **14**, p. 149 (562).
- Serviço de acesso restrito – Informação procedimental – Terceiro não diretamente interessado – Informação não procedimental – Arquivo aberto – **18**, p. 155 (708).
- Sindicato em representação de associados – *Periculum in mora* – **03**, p. 126 (182).
- Sucessão de leis processuais no tempo – Seleção da matéria de facto no despacho saneador – Alteração do julgado de facto na sentença – **19**, p. 127 (761).
- Suspensão de eficácia de normas – Regulamento para transporte de índole e fruição turística – **19**, p. 129 (763).

Terreno em faixa de proteção às arribas, de duna secundária – Proibição construtiva – Princípios da vinculação situacional e da prevenção – Discricionariedade urbanística – Nulidade por falta de aprovação prévia – Medidas preventivas – **03**, p. 128 (185).

Transações comerciais – Prestação de serviços – Recolha de efluentes – Meio processual – Ineptidão da petição inicial – Juros comerciais – **23**, p. 128 (923).

Unidade de execução – Plano de Pormenor do Alto de Algés – Ilícitude por omissão do dever de executar o plano – Falta de acordo dos proprietários – **23**, p. 129 (925).

Urbanismo – Alinhamento – Prédios vizinhos – **11**, p. 150 (457).

Urbanismo – Parque Natural Sintra-Cascais – **13**, p. 127 (519).

Utilização agrícola de lamas de depuração – Licenciamento – Autoridade competente – Norma transitória – **03**, p. 124 (179).

G) TRIBUNAL DE CONFLITOS

Conflito de jurisdição – Contrato de arrendamento – Município – **00**, p. 157 (51).